

Placido de Castro

o derradeiro bandeirante

Castilhos Goycochêa

ANTELÓQUIO

Tão grato permaneceu em minha lembrança o convívio que tive convosco, em Abril de 1935 — Senhores do CENTRO GAÚCHO, DE SÃO PAULO — que, de pronto, acorri ao vosso chamamento de agora, aquí estando, junto a vós, no vosso ambiente, para disretear, somente disretear, sôbre assunto que há de ser dileto aos vossos corações e aos vossos espíritos, como é ao meu próprio coração e ao meu próprio espírito.

Naquela data tão próxima e já tão remota, falei para vós de um tipo singular de homem do Brasil — alma heróica das coxilhas meridionais — a se agitar, galhardo, bizarro e imponente, “no mais espontâneo e romântico panorama do mundo”, o Rio Grande do Sul tão bem querido por nós todos.

Eu vô-lo apresentei — o gaúcho brasileiro — diverso em tudo e portudo do gaúcho de além raias, e, da mesma forma, diferente nas características essenciais, do caboclo, do curiboca, do matuto, do paroara, ou que designações outras haja tomado nas várias regiões do país o descendente do colonizador lusitano.

Coisa alguma nêle, de fato, que faça lembrado “o duende impropiciável, espírito de chagal conjugado a Molock”, da caricatura leviana de Capistrano de Abreu, e nem aquele debuxo inverídico de Monteiro Lobato.

O tipo étnico de quem vos falei é o dos versos de Fernando Osorio (filho):

“O intrêmulo Gaúcho
Que o luxo tem da liberdade
Condicionada pela ordem, pela honra,
Amante da família, enamorado da terra e de si mesmo,
Na idealidade de um Quixote conciente”.

E' o homem assim visto por outro poeta:

“Quixote sem a feição picaresca.
Francisco de Assis da Liberdade.
Cyrano ao serviço da coorte.
Lidador e Poeta.
A coxilha lhe é cenário; o cavalo, pedestal; o mi-
[nuano, música;
o sol, amigo caro.
Ri-se da lua e não acredita na tristeza.
Como crença: o Negrinho do Pastoreio.
Como fé: o próprio coração.
Eis o gaúcho dos meus pagos!”

Eu vos disse, na ocasião, de onde viera êle, como se formara, o que fizera. Lembrei-o nos transe da existência acidentada: pastor doublé de guerreiro, artífice da própria terra quando o deixavam trabalhar e campeador intrépido quando ameaçado; político e diplomata a seu modo; menestrel nos lazeres e cronista verbal eloquentíssimo de suas glórias entre dois goles de chimarrão.

Eu vô-lo fiz ver, então, no conjunto de suas aptidões poliformes, na sua maneira de ser e de agir, no amor à que-rência, ao bagual, às chinas, ao parceiro, à ala de que faz parte, ao partido de que é integrante. E com isso o horror que vota ao despotismo, à eminência artificial, à hipocrisia em tôdas as modalidades, “tropeiro que é da liberdade” no conceito feliz de Fernando Callage.

Para melhor compreensão do retrato, citei exemplos, referi nomes, exaltei paradigmas do gaúcho como soldado e como político, estadista e simplesmente homem da terra. De ninguém, porém, tratei em particular. Fiz ver, apenas, o tipo racial nas suas diversas atividades. Foi, em suma, o louvor vibrante do jovem grande povo da Nação a que pertencemos.

PLÁCIDO DE CASTRO

Hoje, ao contrário, só falarei de um homem. Mas de um homem tão grande como um povo; tão agigantado nas suas proporções, que, muitas vezes, no curso dos meus estudos sobre êle, salteia-me o receio de ser figura de lenda, engendrada por imaginação fogosa de poeta e ampliada à força da temperatura reinante na latitude das terras que lhe serviram de palco à atuação espantosa.

A verdade, entanto, é que o gigante existiu. Teve formas como nós outros; como nós outros sofreu a dôr de amar; como nós outros teve contingências de que os semideuses não padecem; recebeu imposições do Destino; entre o nascimento e a morte objetiva, descreveu a parábola fatal a que nem os gênios, nem os heróis, nem os santos — as expressões sublimadas a que pode atingir a criatura humana — conseguem furtar-se.

Aliás, eu o vejo — e aspiro o que assim também o enxergueis com os olhos da vossa imaginação — apenas como homem. Homem-expressão da raça que se formou na América Meridional, na banda do Atlântico, na porção que coube a Portugal na partilha com Espanha das terras do Nove Mundo. Nada de demiurgos, de profetas ou de iluminados por forças sobrenaturais. Homem extraordinário, exorbitante da craveira vulgar, excedente da bitola comum aos outros homens, mas, homem somente.

E de tal forma foi grande êsse homem que não me arreio em dizer que êle não cabe na cidadezinha que lhe serviu de berço; não pertence apenas à província de onde saiu; não pode e não deve ser considerado exclusivamente como do Brasil. E' de tôda a América do Sul!

Um dia, no futuro, quando se lhe examinar a obra portentosa sem o agravo de ressentimentos, sem ciúmes vãos e sem preconceitos unilaterais, estreitos, mesquinhos, ver-se-á, em verdade, que Placido de Castro, servindo ao Brasil, serviu, antes, à civilização dita latina dos povos do Continente, uma vez que jogando mais para o oeste os lindes territoriais da Pátria, alargando-a ainda mais, também impediu o estabelecimento no coração brasileiro da Amazônia de uma civilização oposta à nossa civilização, porque formada por gentes de outra raça, com outras origens, com outro sangue, mentalidade diversa, forrada por preconceitos que não entendemos.

Para o Brasil, portanto, êle foi **bandeirante** como Raposo e como Anhanguera.

Para a América Meridional foi **libertador** como Bolivar, O'Higgins e Sanmartin.

Nenhuma data melhor e mais oportuna para memorar-lhe o nome, pois, que êste dia 12 de Outubro, dia da América, dia de Cristovão Colombo, dia também dos bandeirantes e dos libertadores, porque o dia do homem americano. E Placido de Castro foi, antes de qualquer outra coisa, a criatura que melhor encarnou o espírito que distingue o homem da terra colombiana no hemisfério austral, do homem das terras do outro hemisfério no continente e das de além-mar.

José Martí, tratando de Simon Bolivar, escreveu que dêle só se devia falar tendo uma montanha por tribuna.

Para falar de Placido de Castro, si o escritor cubano lhe houvera conhecido a existência e compreendido a significação dos feitos, não poderia aconselhar tribuna mais adequada do que esta em que estou, alicerçada na terra de São Paulo, ninho **primus inter pares** das bandeiras expansionistas e leito do riacho assinalado de onde partiu o grito de libertação do Brasil à dominação portuguesa, e com isso, também, um pouco, berço do gaúcho-napoleônico de quem vos falo.

* * *

Nada teve de arbitrária minha afirmação de que o vulto trismegisto do Acre é um pouco de São Paulo. Lê-se, de fa-

to, na sua genealogia, organizada honesta e carinhosamente por Celso M. Schröder, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo, que o avô paterno de José Plácido de Castro, de quem o herói herdou o nome, nasceu nesta cidade, em 1792, dela tendo partido rumo ao sul, como sargento da gloriosa Legião de São Paulo, em 7 de Janeiro de 1810. Ao morrer, em 1837, era major. Os galões que ostentava, ganhou-os nas guerras de 1811 a 1828 contra os castelhanos e platinos.

Por parte materna, parece igualmente ao genealogista citado, que Plácido de Castro teve origem paulista. E' assim que no seu trabalho consignou o seguinte, a propósito: "José Martins de Oliveira, o antepassado mais remoto de Plácido de Castro que conseguí constatar, por parte materna, e que suponho ser paulista, faleceu em 1811..."

O mérito da descoberta, portanto, não me cabe, mas a Celso M. Schröder. E' êle, ainda, quem assinala: "Por uma interessante coincidência, era Plácido portador do mesmo nome de seu avô paterno, natural de São Paulo, que atingiu ao posto de Major de 1.^a linha do Exército e teve o mesmo fim trágico que teria seu neto, pois morreu assassinado, e que **da etérea mansão onde repousa** veria com orgulho reviver no jovem neto o mesmo espírito de guerreiro bravo, enérgico, inteligente e capaz que o animou nas guerras do sul desde 1811 a 1828. Por outra coincidência digna de registo, o neto de um filho de São Paulo, dessa região de nossa Pátria que deu origem aos fabulosos Bandeirantes, que foram os agentes do expansionismo brasileiro nos séculos 16, 17 e 18, foi também o agente do último surto desse mesmo expansionismo em pleno século 20..."

Outro genealogista eminente — Aurelio Porto — no "Processo dos Farrapos" refere os **trancos paulistas** do Coronel José Plácido de Castro, que êle considera como "um dos grandes heróis nacionais, e incorporador do Território do Acre ao Brasil...". Pesquisas concluídas posteriormente levaram-no a me assegurar que o Herói, por parte materna, era bisneto de Joaquim José Domingues, um dos 12 companheiros

de José Borges do Canto na conquista das Missões do Uruguai. Esse seu ancestral era da família Blanco, de São Paulo, notabilizada pelo número de desbravadores dos sertões, a qual família, em meados do Século XVIII se transferiu para o Rio Grande do Sul, fixando-se a maior parte dela no alto Jacuí (vila de Cachoeira).

Bueno de Azevedo Filho, genealogista não menos eminente, esclarece que esse Joaquim José era filho do Sargento-Mor José Branco (ou Blanco) de Oliveira, tendo falecido em Itú, em 1833, no posto de Sargento-Mor. Foi senhor de sesmarias no Distrito de Rio Pardo. Era casado com Dona Joaquina Antônia de Oliveira e Silva, filha do Tenente José Joaquim Rodrigues da Silva, estancieiro em Taquarí, e de Dona Joana Rodrigues Valença.

Não há, nessas condições, que pôr em dúvida a assertiva. Nas veias de Placido de Castro corria o sangue bandeirante. Aquele espírito de aventura que o levou às terras extremas da Amazônia e lá o impeliu a desarrumar a geografia política do Continente, empurrando em direção ao Oceano Pacífico a linha divisória do Brasil, aquele espírito lhe foi legado pelos avós paulistas, talvez descendentes dos nunca assaz cantados mamelucos de Piratininga que deslocaram o meridiano de Tordezilhas da proximidade do Oceano Atlântico até à proximidade da Cordilheira dos Andes.

*

* *

O bandeirismo do avô de Placido de Castro foi empregado na expansão rumo ao Prata.

O do pai — Capitão Prudente da Fonseca Castro — foi utilizado no resguardo da fronteira patuada depois da Convenção de 1828. Ele também é soldado do Brasil. A existência lhe transcorreu com armas na mão. A Campanha do Paraguai ele a faz, em parte, no 2.º Corpo de Exército, do Comando em Chefe daquele fascinante Tenente-General Conde de Pôrto Alegre.

Não apenas, porém, o avô e o pai são guerreiros. O tio — Capitão João Cardoso de Oliveira — bate-se contra o Ditador Rozas em 1851/1852 e contra Solano Lopez em 1865/1870; outro parente do mesmo grau — Tenente-Coronel Antonio Prudente da Fonseca — também toma parte nessas campanhas; outros tios e primos são igualmente militares, ou, melhor, são guerreiros: um dêesses se chama Felisberto de Paula Castro; outro é o Capitão João Martins de Oliveira; outro, ainda, é o Tenente Antonio Mancio Martins; é o Capitão Gregorio Thaumaturgo Martins; é o Alferes José Candido de Brittes.

Na sua formação, à vista disso, há mais do que o sangue e o espírito: ha o contágio pelo exemplo e pela tradição. Quando êle nasce, em 1873 (12 de Dezembro), a cidade fronteiriça de São Gabriel devia ser um grande acampamento em repouso. O Rio Grande do Sul inteiro, de resto, teria o mesmo aspecto militar, respiraria a mesma atmosfera impregnada de pólvora, de recontos épicos: cargas de cavalaria, entreveros, canhoneios, marchas difíceis pelos charcos paraguaios, vigílias exaustivas, abordagens e assédios. Os nomes de Osorio, de Caxias, de Pôrto Alegre, de Andrade Neves, Mena Barreto, Camara e Tamandaré, andariam no ar, arrancando frêmitos de patriotismo.

Até a morte do pai, em 1885, quando Placido de Castro contava 12 anos incompletos, sua casa era o ponto obrigatório para os veteranos dos exércitos brasileiros residentes na cidade. Pode-se bem imaginar o que conversariam êles, entre si, e a curiosidade do menino em lhes ouvir as narrativas e os comentários. Formaram-lhe o caráter, não há dúvida, aqueles homens severos, destemerosos, nobres de gestos, leais ao extremo do possível, francos à rudeza.

*

* *

Modelado no lar paterno o caráter daquele que viria a ser, sem nenhum favor, um dos homens mais representativos do Brasil, foi todavia no trabalho, cedo começado, que êle

o endureou, enrijeceu, aprimorou. E' com 9 anos, apenas, na idade que as crianças iniciam, em regra, o tirocínio nas letras, passando a maior parte do dia em brincos infantís, que Placido de Castro é iniciado na luta pela vida, empregando-se na relojoaria de Ismael Meyer, na própria cidade natal.

Os estudos, fazia-os à noite, em tempo roubado ao descanso.

Dai em diante — referem testemunhos familiares — só há que vê-lo entre o trabalho e o estudo. Mais naquele do que neste. Embalde estar na primeira infância, trabalha pela necessidade imperiosa de ajudar a manutenção do lar modesto, de que se tornou o melhor arrimo pela morte do pai. Os 6 irmãos, mais jovens do que êle, nada poderiam fazer de produtivo.

Verifica-se, entretanto, lendo-lhe as notas biográficas, uma inquietação constante demonstrada em várias mudanças de officio. Da relojoaria de Ismael Meyer, em São Gabriel, passa para outra casa do mesmo gênero em Bagé. Com a extinção dêsse estabelecimento vai para São Francisco de Paula trabalhar no cartório de um irmão por parte de pai. Logo depois retorna a São Gabriel, onde obtém colocação estável na casa comercial de Victor Barreto de Oliveira e Manoel Pinto da Costa Brandão Junior, na qual permanece até o dia justo em que completou a idade regulamentar (16 anos) para iniciar o serviço militar. Em verdade, tendo completado 16 anos no dia 12 de Dezembro de 1889, a 27 verificava praça no 1.º Regimento de Artilharia de Campanha, então aquartelado em São Gabriel, sendo reconhecido 2.º Cadete em 30 de Julho do ano seguinte (Ordem do Dia n.º 92, de 7 de Agôsto de 1890).

Esse ano de 1890, aliás, êle o passou como aluno da Escola Táctica e de Tiro de Rio Pardo, obtendo grau 7, como média dos exames finais.

Em 1892, quando já 2.º Sargento, obteve licença do Ministro da Guerra para efetuar matrícula na Escola Militar do Rio Grande do Sul, com sede em Pôrto Alegre. Não lhe aproveitou a licença, porém, por falta de vaga...

No ano seguinte, isto é, em 1893, lhe é renovada a licença. A efetivação de sua matrícula, entretanto, não tem lugar tão simplesmente como seria para esperar, como terá sido feita por outros em igualdade de condições, como era natural e lógico que fôsse. Não seria pouca sorte, não! Era a marca que trouxera do berço, talvez imposta pelo Destino, de ter sempre, em quaisquer circunstâncias, de lutar, de lutar até vencer. Homem predestinado a combater com a vida, não pôde, desde logo, normalmente, ter o nome inscrito no quadro dos estudantes da Escola de Pôrto Alegre.

Chegado à capital do Estado foi adido ao 13.º Batalhão de Infantaria enquanto se lhe processavam os papéis para a entrada na Escola. Certa noite, porém, foi dada ordem formal ao comandante dêsse corpo de tropa para aprestá-lo imediatamente e imediatamente seguir viagem para a fronteira onde os federalistas do General Joca Tavares começavam a se arregimentar para a guerra. Não houve argumentos para convencer o comandante do 13.º de Infantaria que o Sargento Placido de Castro e o Sargento Ataliba Osorio e outro mais, cujo nome escapou ao cronista, todos 3 em idênticas condições, não deveriam seguir. A ordem não fizera menção ao caso dos que esperavam matrícula... Haveriam de seguir... Seguiram...

Nessa mesma noite, de fato, lá se foi o batalhão de tão rigoroso comandante, levando no seu efetivo os 3 sargentos adidos.

Foi necessário reclamar, protestar, lutar, para que o excesso rigorista do chefe militar condescendesse, quando o batalhão já estava em São Gabriel, em fazer voltar os futuros alunos da Escola de Pôrto Alegre.

O episódio ocorreu em Fevereiro de 1893. Efetuada a matrícula, Placido de Castro, afinal, começou a estudar, procurando dar realidade ao sonho de ilustrar o espírito, fazer-se alguém, seguir o exemplo do pai, do avô, dos demais parentes que se assinalaram no serviço da Pátria. Viveriam nêle, por certo, as lembranças do que ouvira nos serões familiares sobre os vultos dos grandes capitães do Brasil, e, com essas lembranças, quiçá, o desejo nobilíssimo de se tornar um dêles.

Para isso, estudava. Estudava nas horas próprias e nas que lhe sobravam. Estudava com afincio, com tenacidade, com vontade forte de aprender, alheiado à atmosfera política em que vivia a Escola, a cidade, o Estado, o país, divididos que estavam os brasileiros de todos os quadrantes da Pátria em duas facções adversas. De um lado estavam os partidários de Floriano Peixoto, no exercício da Presidência da República; de outro lado os revolucionários chefiados por Silveira Martins e Joca Tavares. Não havia uma zona neutral. Ou se era pelo governo federal ou se era pela revolução em marcha. A Escola Militar do Rio Grande do Sul espelhava a situação. O corpo de alunos estava seccionado: Florianistas e Federalistas.

Em Setembro, os estudantes fiéis ao governo federal, organizam um “abaixo-assinado” pedindo o fechamento da Escola para irem combater a revolução que já campeava no Estado e se iniciara na Capital Federal.

Placido de Castro, desejoso apenas de estudar, negou-se a dar sua assinatura à lista, tornando-se destarte suspeito ao governo, às instituições, à Pátria... Desligaram-no da Escola. Prenderam-no. Remeteram-no sob escolta para o “Corpo de Transporte”, em Bagé, o quartel general do federalismo, o núcleo mais bravio de protesto à política ditatorial do governo federal. Daí a sua transmigração para o exército revolucionário de Joca Tavares, na véspera do combate de Rio Negro, que êle assinala com ato de invulgar cavalheirismo, impetrando, desde sua incorporação ao regimento “Antonio Vargas”, pela liberdade de dois prisioneiros, amigos seus não obstante adversários políticos.

*

* *

Não é possível acompanhar, dia a dia, nem sequer mês a mês, a atuação de Placido de Castro no cruentíssimo episódio de nossa história política. Não é possível e não é oportuno ainda. As cicatrizes dos ferimentos abertos naqueles rencontros tremendos, por vezes cruéis, entre irmãos desa-



JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO — “o derradeiro bandeirante”

vindos por incompatibilidades doutrinárias, ainda sangram nas almas dos descendentes da primeira geração.

Não será demais dizer, entretanto, que Plácido de Castro se fêz notar no curso da guerra por atos de bravura indômita e gestos de nobreza moral extraordinários. Acomete o adversário quando é mister fazê-lo, mas o poupa tôda a vez que se apresenta ensancha. Mata para não morrer; fere para escapar ao golpe odiento do contendor.

Ao ter fim a revolução, em 1895, a-pesar-de nada ter pedido e coisa alguma houvesse condicionado em troca de sua adesão, era Major, não obstante só contar 22 anos de idade.

E' digno de menção, nesta altura, o fato de não ter querido aproveitar-se da anistia que a todos os revolucionários foi concedida em virtude do chamado Tratado de Pelotas, entre os generais Galvão de Queiroz e Joca Tavares, quando todos os militares — oficiais e estudantes — gozaram de seus benefícios.

Nunca, ao que me conste, procurou êle explicar aquela atitude, que, tenho para mim, foi a mais curiosa de sua vida pública, porque o marco inicial da curva que descreveu no sentido da glória.

Não é de crer que simples irredutibilidade na convicção política é que a tenha aconselhado. Não havia, em verdade, transigência que fazer, marcha atrás, humilhação, **capitis diminutio**. Floriano Peixoto já não era mais govêrno. Prudente de Moraes não escondia a intenção de uma política transigente, humana, no sentido de apaziguar os espíritos. O Tratado de Pelotas fôra a melhor prova de sua intenção. Ademais, seu papel na contenda não havia tido relêvo especial, porque fôra apenas simples combatente, chefe de pequenas frações de tropa.

Porque, pois, não aceitou a anistia?

Que desígnio lhe teria ditado a recusa?

Qual o móvel que teve em vista apresentando-se, como fêz, ao Comando do Distrito Militar e pedindo a exclusão do serviço?

Teria esquecido, porventura, o anelo que acalentara longamente de seguir a carreira das armas, enquanto esperava a idade regulamentar para se fazer soldado?

Ou teria experimentado decepção na caserna, nas duas escolas que frequentou, no que vira nos anos de seu campear?

Ninguém sabe, porém, o que lhe prescreveu o gesto. Talvez tivesse obedecido ao desejo incoercível de tentar nova carreira; talvez tivesse cedido à imposição do próprio Destino; talvez êle mesmo não soubesse bem porque agiu de semelhante feição.

*

* *

O fato concreto sobre o qual ha que comentar é que a 9 de Julho de 1896 Placido de Castro foi nomeado guarda de 2.^a classe do Colégio Militar do Rio de Janeiro, tomando posse do cargo no mesmo dia. Um mês e pouco depois, porque a 31 de Agôsto, era promovido à classe superior. No ano seguinte, em 11 de Setembro, era nomeado Inspetor de Alunos.

Tudo isso merece atenção. Recusou a anistia, o que vale dizer, não quis voltar à Escola para continuar os estudos, porém, não se dedignou em desempenhar função por certo honesta mas pouco brilhante e nada futura de bedel. Verdade é que o emprêgo lhe permitia frequentar as aulas da Escola Politécnica, como “ouvinte”, e, certamente, outros cursos.

O ambiente no Colégio Militar, todavia, não seria muito propício ao antigo **maragato**. Os oficiais do estabelecimento — professores ou não — eram, na maioria, antigos partidários de Floriano Peixoto.

De qualquer forma o ato de sua exoneração, datado de 9 de Abril de 1898, consigna apenas que ela lhe foi concedida a pedido. Em artigo estampado recentemente da revista literaria dos alunos do Colégio Militar (número comemorativo do 50.^o aniversário), o Coronel Jaguaribe de Mattos revelou incidente ocorrido entre o Inspetor Placido de Castro e o Professor de Geografia Capitão-Tenente Themistocles Nogueira Sávio, por questão atinente ao serviço, a qual questão, prova-

velmente, terá dado causa ao pedido de demissão do futuro Libertador do Acre.

Uma pergunta, à vista disso, se impõe: a má vontade do Professor Sávio para com o Inspetor Placido não seria consequente à animosidade político-partidária? **Chi lo sá? Chi lo podrá sapere?** No livro do Dr. José Manuel Aponte — *La Revolución del Acre* — há, a propósito, um depoimento curioso. Depois de relatar em minúcias a rendição de Puerto Allonso ou Pôrto Acre, em 24 de Janeiro de 1903, depois de 9 dias de luta, informou o autor que fazia parte da guarnição vencida, que Placido de Castro lhe declarara em conversa ter 28 anos, já haver tomado parte em 42 combates e que sua intenção era a de ir para o Purús trabalhar, procurando afastar-se do governo do Rio de Janeiro que **lo perseguía y hostilizaba desde la memorable revolución separatista del Estado del Rio Grande do Sul...**

* * *

Há, entre a data de sua exoneração do Colégio Militar do Rio de Janeiro e a de sua entrada para o serviço da Companhia Doccas de Santos, a prova de que Placido de Castro abandonou aquele estabelecimento de ensino logo em seguida ao incidente com o Professor Sávio, sem mesmo esperar o ato de dispensa. Enquanto o registo de sua admissão na Companhia dá como tendo sido feita a 18 de Março, a portaria de exoneração está datada de 9 de Abril.

O caso, aliás, só serve para demonstrar o grande amor próprio do antigo major revolucionário. Ofendido nos seus melindres e não podendo, talvez, revidar à altura, tudo abandonou — o emprêgo e a cidade — indo tentar a vida noutra cidade e em condições ainda piores. Declaram os assentamentos do Herói na Companhia Doccas de Santos que êle, “em 18 de Março de 1898 foi admitido como trabalhador da turma 17, com 5\$000 diários; que no mês seguinte foi transferido para a turma 18; que em Junho foi promovido a escriturário do Escritório do Tráfego com 200\$000 mensais e que em 16 de Outubro foi novamente promovido, passando a ajudante de

fiel do armazém 4, com 250\$000. A 28 de Fevereiro de 1899 deixou o serviço”.

Nessa data terá partido para a Amazônia.

A QUESTÃO ACREANA

A questão pela posse do Acre vinha de longe, caracterizando-se, na opinião de Lopes Gonçalves, por erros geográficos e de direito por parte do Brasil e pela mais requintada má-fé por parte da Bolívia. Ela teve começo, a bem dizer, com a independência dos povos sul-americanos. Euclides da Cunha, quem melhor a estudou, informa em “Perú versus Bolívia”, numa síntese magistral, que “datavam de 1833 as cizânias entre o Brasil e a Bolívia no tocante às questões de limites; e nunca mais cessaram, engravecendo-se, crescentemente, com outras: em 1837, a propósito de sesmarias outorgadas em territórios brasileiros; em 1844, oriundas das tentativas bolivianas, visando franquear a navegação para o Amazonas; em 1845, 1846 e 1847, até 1850, relativas tôdas, em última análise, ao domínio amplo do Madeira; em 1853-1858, irrompendo dos decretos declarando livres ao comércio e navegação estrangeiros todos os rios que regam o território boliviano, fluindo para o Amazonas e para o Prata; e firmando, expressamente, com os Estados Unidos, um convênio, onde se estatue que **todos aqueles cursos d’água eram caminhos livres, abertos pela natureza ao comércio de tôdas as nações...**”

“Durante êsse tempo — é ainda Euclides da Cunha quem informa — abortavam as conferências e propostas para se resolverem os deslindes internacionais — desde 1841, em que se frustrara a missão especial do Conselheiro Ponte Ribeiro. E os malogros, assim como as demais discórdias, de relance precipitadas, provinham, sobretudo, ao perecer de Pereira Pinto, “de não quererem as autoridades supremas da República arredar-se das estipulações do Tratado de 1777, estipulações caducas depois da guerra de 1801...”

Em 1867, aliás, o mesmo Conselheiro Antonio Pereira Pinto, com sua grande autoridade, assinalava que “na Bolívia as

tradições adversas ao Brasil passavam em seu Governo de geração em geração...”

O fato, todavia, é que até aquele ano foi possível contemporizar com os estadistas da antiga Audiência de Charcas. Nesse ano, porém, tornou-se imperioso o deslindamento. Encorajada por ver o Brasil, quase que só, a braços com o Paraguai, onde Curupaití pareceu ser um irremediável revés para as armas do Império, possivelmente o começo da derrocada, Bolívia insistiu, arrogante, para o ajuste final.

E', então, despachado o plenipotenciário Lopes Netto para em La Paz resolver a contenda lindeira. Daí o Tratado de Ayacucho, de 27 de Março de 1867, patuado sôbre o celeberrimo Mapa da Linha Verde em o qual o rio Javará figura como nascendo na altura de 10°20' de latitude sul, quando ninguém, absolutamente ninguém, sabia ao certo onde começava o dito curso d'água, porque ninguém, absolutamente ninguém, o havia percorrido, o tinha explorado, nem mesmo penetrado além de sua foz no Solimões. O Javará era o rio-mistério, o rio-fantasia. Nas terras que lhe ficam ribeirinhas — afirmava-se — é que tinha sido o El-Dorado dos reis Incas!

E, no entretanto, na nascente do Javará se entroncariam, como se entroncam, as divisas do Brasil com o Perú e com a Bolívia!

De qualquer forma, porém, o Tratado de Ayacucho serviu para acalmar, no transe gravíssimo da política internacional, os apetites bolivianos, ou, — quem sabe? — de quem lhe acesorasse os governantes. Ademais, as terras do Novo Mundo eram imensas e os homens poucos. A Amazônia tôda, de resto, na época, era terra sem ser, porque a fazer desbravar, construir.

*

* *

E' em 1877, dez anos depois do Tratado de Ayacucho, que os nordestinos, tangidos pelas largas estiagens dêsse ano e que se repetiriam nos anos imediatos, começaram a penetração a fundo da região amazônica, subindo os rios da grande bacia numa marcha civilizadora como inda não registara a

História. “Guiados talvez por instintivo impulso de aventura — quem nos diz é Araujo Lima no mais substancioso estudo sobre a Amazônia — desprezaram as regiões dos baixos rios, que continuaram a ser o **habitat** da população indígena, penetraram os altos sertões e violaram-nos até as linhas imprecisas de suas fronteiras ainda mal traçadas”.

Dentro em pouco estavam profundamente enterreirados nas margens do Madeira, do Purús, do Acre, do Tarauacá, do Juruá, do Abuña, do Yaco, do Beni. Não lhes importou de quem fôsse aquilo; não lhes podia importar. Era terra virgem do homem civilizado.

Ainda em 1886, no dia 28 de Julho, em conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, na presença de Pedro II, declarava o Ministro boliviano Francisco Vellarde, que “o rio Arquiri (Acre) ainda não foi encontrado mas em breve aí chegarão os infatigáveis pioneiros, que, com o nome de seringueiros vão em procura do rico produto em que negociam”...

Nessa época, não só os seringueiros nordestinos — cearenses principalmente — já haviam chegado, desde muito, ao Acre, como já o haviam desbravado e industrializado, incluindo a região nas pautas de exportação da goma elástica saída pelos portos de Manáos e Belém.

*

* *

Bolívia só veio a ter conhecimento da existência do território do Acre e de sua fabulosa riqueza, em 1895, quando o Coronel Juan Manoel Pando ali foi ter, para, em companhia do Tenente-Coronel Thaumaturgo de Azevedo, procederem à demarcação da fronteira nas bases do Tratado de Aya-cucho.

Nesse tempo já havia sido precisada a nascente do rio Javari pelo inclito Barão de Teffé, em 1874, numa penetração ousadíssima. Essa nascente era o ponto obrigatório, porque final, da linha limítrofe entre os dois Estados. Estava, porém,

na latitude sul de 7° 1' ao envés de 10° 20', como figurava no Mapa da Linha Verde.

Todo o território do Acre, nessas condições, era boliviano. Os nordestinos, incientes do que fôra patuado em 1867, haviam-se fixado em terras de domínio político alheio, embora êsse domínio tivera sido ganho de má-fé.

Thaumaturgo de Azevedo, estuante de patriotismo, protesta com energia. O govêrno do Rio de Janeiro desatende-lhe as razões, que é o mesmo que dizer: apoia a Bolívia.

O govêrno de La Paz, por sua vez, informado por Juan Manoel Pando, sôbre a importância econômica extraordinária do Acre, resolve efetivar sua dominação no território que lhe pertencia de direito. Essa soberania era sôbre a terra e sôbre a população brasileira, só brasileira, exclusivamente brasileira, uma vez que nas paragens não havia, nem nunca tinha havido, um só boliviano.

Os acontecimentos, então, ganham feição dramática.

A 3 de Janeiro de 1899 o Ministro boliviano junto ao govêrno do Brasil, Dr. José Paravicini, em pessoa, funda Puerto Allonso, logo acima da fronteira e institue govêrno local.

Em Abril do mesmo ano, o advogado cearense José Carvalho, dando início à série de insurreições, depõe o governador deixado por Paravicini. Com isso o Acre volta à posse dos acreanos. Não há, porém, govêrno algum, nem boliviano, nem brasileiro.

A situação reflete-se nas rendas do Tesouro do Amazonas que decae assustadoramente. O governador dêsse Estado, na ocasião Ramalho Junior, contrata, então, com um aventureiro espanhol — Luiz Galvez Rodriguez de Aurias — uma expedição audaciosa para tornar independente a região que seria explorada por uma comandita organizada em Manáos e do qual fazia parte o dito governador. Luiz Galvez, com os recursos que lhe foram adiantados pelo governador amazonense, instala-se na administração do Acre erigido em república.

Os acreanos não compreendem de pronto a situação. Apoiam Luiz Galvez por sabê-lo agente de Ramalho Junior, cuja posição respeitam.

E' o seringalista Pedro Braga, cearense, homem de boas intenções e portanto bom patriota, quem se capacita do papel que alí estava representando o aventureiro espanhol. Depõe-no, então, investindo-se êle próprio na governação. Mais para diante, porém, temeroso das consequências de seu ato, manda chamar Luiz Galvez e lhe entrega o território, ou melhor, a administração da pseudo-república.

Bolívia, não se conformando com a expropriação ordenada à socapa pelo Governador do Amazonas, volta à carga com o auxílio do governo do Rio de Janeiro que manda uma esquadilha de navios de guerra depor o aventureiro espanhol, prendê-lo e deportá-lo.

Novamente, então, o Acre volta ao domínio boliviano. Nêle é instalado um Delegado Nacional que tem a garantí-lo fôrças do exército remetidas de La Paz.

*

* *

Ninguém, em verdade, no Brasil, quer compreender a situação do Acre. O problema humano que se criara precisava de uma solução enérgica, qualquer que fôsse ela: ou uma transferência de domínio político; ou um êxodo em massa, à feição das migrações bíblicas. Deixar sem amparo aquelas várias dezenas de milhares de criaturas de nossa raça que tinham violado a linha de uma fronteira imprecisada ainda, era mais do que um crime, era um êrro; era mostra de fraqueza; era atestado de inhabilidade.

Ante, porém, a inércia bizantina do governo brasileiro, os acreanos, êles próprios, ensaiam por tôdas as formas e meios a libertação da terra que tinham descoberto e enriquecido.

Falta-lhes, todavia, um chefe, um caudilho, *condottière* ou que designação tenha o homem que em transes semelhantes, de desordem generalizada, sente o problema a resolver, compreende a situação a solucionar, vê onde pode encontrar elementos para ação, tem fôrça moral bastante para congregar êsses elementos e para empregá-los na ação ou na reação.

O Engenheiro Gentil Norberto, gaúcho, valente a mais não ser, culto e patriota, intenta avocar o comando geral daquelas vontades descomedidas e violentas. Como lugar-tenente conta com Antonio Braga, filho do seringalista Pedro Braga. A tática que seguem é a das guerrilhas. Uma delas, sob a direção do primeiro, aprisiona o Ministro da Guerra da Bolívia, Coronel Ismael Montes, que viera à frente de um batalhão de *élite*, escoltando o Delegado Nacional Extraordinário, Dr. Lucio Perez Vellasco, 1.º Vice-Presidente da República, que é também feito prisioneiro pela guerrilha de Antonio Braga.

Na administração do Acre estava, desde a deposição de Luiz Galvez, o Dr. Andrés Muñoz, cuja autoridade era garantida por força armada.

Gentil Norberto, a-pesar-do bom êxito inicial, não consegue dominar a situação. Ele e o lugar-tenente são presos pelos bolivianos.

E' nesse comenos que chega a Caquetá, última localidade brasileira, a Expedição Floriano Peixoto, mais conhecida por Expedição dos Poetas porque integrada quase que somente pelos intelectuais que viviam em Manáos. Chefia-a o Engenheiro Orlando Corrêa Lopes e o funcionário do Tesouro Amazonense Rodrigo de Carvalho, fluminense de origem. Nem um dos dois, porém, consegue impor-se aos comandados. O primeiro, homem inteligentíssimo, extraordinariamente bravo, só tem uma preocupação: brigar. O segundo, também inteligente, também patriota, é um ególatra que só pensa no fulgor das futuras glórias. Anulam-se, dessarte, os dois pretensos chefes. O ataque que a Expedição leva a Puerto Allonso, sob a direção de Orlando Corrêa Lopes, na tarde de 24 de Dezembro de 1900, resulta em fracasso completo, absoluto, formal.

Examinando-se, hoje, os episódios, uma conclusão se impõe como única: a falta de chefe com talento político e capacidade militar, não apenas para vencer pelas armas os bolivianos, como, principalmente, para fazer compreender ao governo do Rio de Janeiro a necessidade de abandonar, por fim, o pragmatismo com que vinha conduzindo a questão.

Enquanto tinham lugar êsses fluxos e refluxos de dominação sôbre o Acre, que ora era exercida pelos delegados do governo de La Paz, ora era desempenhada pelos próprios acreanos, aos estadistas da Bolívia ocorre idéia digna de Rodrigo Borgia, aquele príncipe florentino para quem Machiavelli escreveu o famoso código político: transferir, mediante arrendamento, a soberania do território a sindicato anglo-americano!

Vale, nesta altura, lembrar que a mor parte dos casos difíceis entre a República da Bolívia e o Império do Brasil, alinhados por Euclides da Cunha, teve sempre a presença dos Estados Unidos da América do Norte, que seriam beneficiados com o direito à navegação nos rios das bacias do Amazonas e do Prata, caminhos interiores, vias para nosso comércio e nossa civilização, sistema venoso do organismo sul-americano, traço de união entre os povos oriundos das raças que vivem na península ibérica.

Em "Ilusão Americana", aliás, o grande Eduardo Prado, já nos havia advertido sôbre o apetite **yankee** pela Amazônia. Apetite ameaçador que chegou à organização de expedições armadas para investir às províncias do Pará e do Amazonas; apetite que leva Maury a alegar o **direito** dos Estados Unidos a nos forçarem a lhes abrir o rio Amazonas; apetite imperialista que levava os escritores americanos a falarem muito nos interesses comerciais de sua pátria, cujos capitais ansiavam por emprêgo na Amazônia.

Por mais que desejo ser conciso não posso deixar de transcrever aqui, **ipsis-leteris**, um trecho da obra citada: "O General Grant, num discurso pronunciado em 1883, numa recepção ao general mexicano Porfirio Diaz, chegou a dizer que os Estados Unidos necessitavam de três coisas somente, porque o resto tudo tinham no seu país. As três cousas eram: café, açúcar e borracha. E o general disse: Seja como fôr havemos de ter café, açúcar e borracha. O general acentuou bem a frase **Seja como fôr** (By any means)..."

O café iria do México; o açúcar das ilhas Hawai; a borracha só poderia ser da Amazônia, porque só a Amazônia a

possuía na época em quantidade capaz de lhes saciar a fome dessa matéria prima.

Eram bem conhecidas, de resto, as intervenções americanas nas repúblicas do Pacífico em busca do “guano” e a influência decisiva que os emissários comerciais da Norte-América exerciam sobre os estadistas dos Andes. Não é difícil, pois, concluir, que o recurso extremo do arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate — organização financeira sob a presidência de um filho de Theodor Roosevelt, então na Presidência da República dos Estados Unidos da América do Norte — tenha sido **aconselhado** por gente das praças de New-York e Philadelphia.

Foi, não há dúvida, o momento mais crítico para a existência da civilização sul-americana ou latino-americana. E nem foi por outra razão que Oliveira Lima, historiador e diplomata, declarou que a questão do Acre foi o mais grave dos litígios de fronteira que tivemos **a sustentar...**

O HEROÍSMO DE PLACIDO DE CASTRO

Vimos atrás que Placido de Castro, segundo informações da Companhia Doccas de Santos, a 28 de Fevereiro de 1899 deixou o serviço da mesma.

Terá, logo a seguir, embarcado para o extremo norte em busca de mais vastos horizontes para sua energia estuante.

A Amazônia, de fato, ao tempo, era uma atração dominadora de vontades robustas. O comércio da borracha deixava margem para bons negócios de toda ordem. As lendas a esse respeito corriam mundo, despertando ambições, sugerindo aventuras, convidando à luta violenta do homem com a natureza, com as feras, com os selvagens, com os outros homens.

Placido de Castro, em Manáos, desde a chegada, ligou-se aos sul-riograndenses que lá viviam, na maioria engenheiros. Um deles, possivelmente Orlando Corrêa Lopes, ou, talvez, Gentil Norberto, ter-lhe-á lembrado a agrimensura, como profissão melhor remunerada. Ademais, havia que ter em conta sua aptidão inata para as matemáticas, para a geogra-

fia, e os estudos que já tinha feito nos estabelecimentos militares de ensino e na Escola Politénica do Rio de Janeiro.

Conseguida a provisão necessária para o exercício do mister, não se terá demorado na capital amazonense, viajando presto para o Purús.

É, todavia, de 21 de Maio de 1900, o primeiro documento seu, demonstrando já o conhecimento perfeito da situação política do Acre. Documento interessante! Ao mesmo tempo que se revela capacitado do que ocorre, verbera a política seguida pelo governo do Rio de Janeiro, censura acerbamente a atitude do Governador Ramalho Junior e deixa claro que não se imiscue na contenda por estar ela sendo conduzida pelo espanhol Luiz Galvez. Não obstante isso, ministra conselhos ao destinatário da carta, Coronel Joaquim Victor da Silva, grande proprietário na região acreana e um dos mais decididos revolucionários, conselhos êsses visando impedir que o Brasil auxiliasse, mais uma vez, a Bolívia, contra os acreanos, e anuncia a remessa de carta geográfica da Amazônia, anotada por êle próprio e que poderia servir de base à fixação dos limites do território revolucionário.

Mais para diante, isto é, nos fins de Dezembro do mesmo ano de 1900, durante a viagem da Expedição dos Poetas, quando Orlando Corrêa Lopes e Rodrigo de Carvalho compreenderam a necessidade de um chefe supremo capaz de conseguir bom êxito no ataque que pretendiam levar à bastilha boliviana de Puerto Allonso, alguém lembrou-lhe o nome do homem talhado para o encargo. Foram encontrá-lo, porém, em estado preagônico, próximo de Labrea, um pouco adiante da foz do Pauintí, vítima que era do beri-beri inexorável.

— É que não havia, ainda, chegado a hora propícia à eclosão de seu gênio, informaria um fatalista.

* * *

Desbaratados os revolucionários de Gentil Norberto e os de Orlando Corrêa Lopes, nos fins de Dezembro de 1900, os bolivianos ganharam autoridade, instalando-se a gôsto na governação do território tão ambicionado, porque riquíssimo.

O Vice-Presidente Lucio Perez Vellasco e o Ministro Ismael Montes fizeram-se rumo de La Paz levando parte da tropa que os havia escoltado. O próprio Delegado Nacional efetivo, Dr. Andrés Muñoz, também seguiu para suas propriedades na região do Madre de Dios. Permaneceu apenas a guarnição aquartelada em Puerto Allonso sob o comando de um Coronel. Tudo fazia crer, de resto, que os estos libertários dos acreanos estavam dominados definitivamente.

Em calma aparente, de fato, transcorreu o ano de 1901. Trabalhava-se somente. Trabalhava-se e pagavam-se impostos na aduana da Bolívia, a funcionários bolivianos, em dinheiro cunhado em La Paz. Sob aquela calma, entretanto, havia um vulcão prestes a entrar em atividade.

É no comêço de 1902 que da capital boliviana enviam um novo Delegado Nacional, Dr. Lino Roméro, que traz a incumbência de fazer entrega do território ao Bolivian-Syndicate.

Placido de Castro, já restabelecido, voltara ao trabalho de agrimensura passando quase despercebido pela sede da Delegação Boliviana em Puerto Allonso, onde esteve para regularizar seus papéis. Ninguém, aliás, poderia enxergar no moço discreto, porque pouco falante e sóbrio de gestos, a vontade assombrosa que lhe vivia nalma, a inteligência brilhantíssima de que era dotado, a coragem temerária que lhe exornava a personalidade.

Coisa alguma, de fato, despertaria a atenção na figura do Herói. Meão de altura; bem proporcionado de formas; pés e mãos pequenos; a tez de moreno pálido comum; os cabelos negros, meio crespos, eram do tipo correntio no homem sul-americano. Ademais disso tudo, vestia-se com modéstia, não estadeando qualquer adôrno. Tanto o nome como o sobre-nome também não sugeririam coisa alguma de especial: eram nomes vulgares entre as gentes do Pacífico, como eram familiares no lado do Atlântico. Apenas no olhar e na voz perceberia um psicólogo atilado qualquer coisa de extraordinário, capaz de impressionar, de vez que eram diversos dos olhares e das vozes de tôda a gente. O olhar, conquanto sereno (qualificou-o um grande artista da atualidade que lhe fêz o retrato que era um olhar tão plácido, como o nome que usava) era

firme, como de quem nasceu para o exercício do mando in-contrastável e era frio, como que feito para escrutar o fundo dos corações alheios. A voz, êle a emitia clara, incisiva, sem variações e sem acentos exagerados. Voz de comando. Voz pausada de quem medita antes de falar. Voz de quem ordena mesmo quando pede; de quem decide, mesmo quando consulta; de quem não admite réplica quando se faz ouvir.

Na Delegação Boliviana em Puerto Allonso, porém, não havia psicólogo algum, atilado ou não, para retratá-lo pela voz e pelo olhar, tanto que o Coronel Benjamin Azcuí, em "Resumen Historico de las Campañas del Acre", referindo a passagem de Placido de Castro por aquela repartição, consigna com candura comovedora: "...su presencia no infundió ninguna sospecha a las auctoridades y pronto, con finas atenciones de su parte supo captar las simpatías del Delegado y sus secuaces..." Mas, em seguida a êsse depoimento, confessa: "En su corta estadía, con golpe de vista militar, pudo interiorizar-se de la situacion, estudiar las posiciones de defensa y adquirir los dados que necesitaba para la seguridad de su empresa..."

Êles não viram, não puderam ver, que era o homem capaz e oportuno, isto é, o herói, segundo a regra estatuída por José Ingenieros, que chegava ao teatro de sua altíssima representação.

* * *

Ouçamos o herói — Senhores —. Deixemos que êle próprio se explique.

"No exercício da profissão de agrimensor, munido da indispensável provisão, me achava eu no "Território de Colônias", da Bolívia, em Junho de 1902, demarcando o seringal "Vistoria", de propriedade de José Galdino. Os Bolivianos, senhores da região que lhe havia sido entregue pelo Governo Brasileiro, tinham elevado à categoria de vila o povoado de Xapurí, com o nome de Antonio Antunes de Alencar, que ali gozava de algum prestígio e que envidara esforços para conciliar os Brasileiros com os Bolivianos, em parte o conseguin-

do, tanto que se fêz eleger intendente conjuntamente com o Dr. Magalhães. Continuava, entretanto, o desgosto dos brasileiros, sobretudo devido aos rumores que lá chegaram do arrendamento do Acre a uma companhia estrangeira.

“Em 23 de Junho — é êle ainda quem fala — chegaram-me às mãos alguns jornais que noticiavam, como definitivo, o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contrato, então firmado entre a Bolívia e o “Bolivian Syndicate”.

“Era uma completa expoliação feita aos Acreanos. Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar; pois a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprêgo da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada.

“Guardei, apressado, a bússola de Casella, de que me estava servindo, abandonei as balisas e demais utensílios e saí no mesmo dia para a margem do Acre...”

Daí por diante não é possível, na estreiteza de uma palestra, descrever, mesmo em resumo, a atuação espantosa, por vezes inacreditável. Quasi não dorme; mal se alimenta; não repousa. Viaja a pé e a cavalo, por picadas ínvias, pelas margens dos cursos d'água, por florestas indevassadas até pela luz solar. Viaja em “montarias” e em “gaiolas”; contra e a favor das correntezas. Chega ao extremo de se fazer conduzir em rêde, apressadamente, durante os acessos da febre palustre que lhe requiemava as entranhas, para manter a iniciativa nos combates.

Do exercício da guerra nos descampados sulinos levara para as regiões setentrionais o segrêdo da mobilidade.

Sua existência, no curso da luta armada, é a de um professor de dinâmica que ensinasse pelo exemplo, que procurasse contagiar de entusiasmo, de ardor, de calor patriótico, tudo o que lhe vivia em tórno, homens, animais e a própria natureza.

Não cessa, um instante, de pregar a necessidade da reação violenta; de arregimentar os desejos de quem o tem; de implantar ânimo nos que hesitam; de empolgar as conciências débeis, de combater e castigar os invejosos, os transfugas, os falsos amigos, os espiões, esmagando os espécimens que lá abundavam — terra de aluvião que era — daquela fauna que se adapta a todos os climas e situações para engrossarem as linhas dos vitoriosos, fauna de criaturas sem ideal e sem pátria que servem indiferentemente a qualquer dos contendores, mas que na realidade só servem a si mesmos, aos próprios interesses subalternos de ganho.

Houve, de início, que incutir o amor pelo Brasil ameaçado na sua integridade pela solércia da Bolívia.

Houve, em seguida, que improvisar soldados e armamentos, víveres e munições, abrigos e transportes, cartas geográficas e dados estatísticos.

Ele é, nessas condições, o paladino da cruzada; é quem prega e planeja a revolução separatista; quem organiza o exército desde suas fundações até o Estado Maior; quem provê as necessidades da campanha e quem comanda a guerra combatendo êle próprio na linha de frente; quem dirige as marchas; quem trata com o inimigo; quem proclama às populações; quem enfrenta a oposição partida do Brasil; quem não permite o tripúdio sôbre os vencidos na hora embriagadora da vitória; e, com isso tudo, quem sofre os botes do despeito, da calúnia.

* * *

A 6 de Agôsto de 1902, pela madrugada, Plácido de Castro deu início à revolução libertadora do Acre com o ataque, de surpresa, a Xapuri, onde aprisiona as autoridades bolivianas e proclama a independência da região que passou a ser o “Estado Independente do Acre”.

Era seu plano fazer em relação ao Acre o que Samuel Houston havia feito, em 1835, em relação ao Texas: torná-lo independente para que o Brasil lhe reconhecesse a existência como Estado, e, depois, pedir sua anexação ao território pátrio.

Dias depois do ataque e tomada de Xapurí há o “batismo de fogo” do exército acreano com tropa de linha inimiga que vinha da Bolívia em refôrço da guarnição de Puerto Allonso. Aquela numera 63 homens; esta tem efetivo três vezes maior e é comandada por um dos mais brilhantes oficiais do exército boliviano, o Coronel Rozendo Rojas.

Finda a refrega com a retirada de Placido de Castro e seus companheiros, esgotada a munição, o exército acreano está reduzido a menos de metade: 22 haviam sido mortos, 10 gravemente feridos e 6 haviam desertado. Os bolivianos, vitoriosos, recolheram 8 feridos e enterraram 10 mortos, inclusive um capitão.

O encontro, de qualquer forma, constituiu uma seríssima advertência ao governo de La Paz. Seu acervo fêz compreender que o movimento em marcha tinha a animá-lo um espírito novo, desconhecido até então naquelas latitudes, impetuoso e audaz. Não se tratava mais de guerrilhas, emboscadas, esperas no escuro das matas com a pontaria dormida ao apôio de forquilhas e visando espáduas; mas a luta frontal, viseira erguida, cada fuzil visando um peito, cada olhar buscando uma face.

Para o chefe revolucionário foi lição. Ele assim a entendeu e aproveitou modificando os métodos que aprendera no sul, introduzindo reformas nos uniformes, criando uma nova tática, transformando a estratégia em uso até ali.

O fato é que da data em diante, até o desenlace do drama, só houve que acumular vitórias sobre vitórias. “Telheiro”, “Bom Destino”, “Santa Roza”, “Empresa”, “Costa Rica” e “Puerto Allonso” serviram de arena às magníficas façanhas militares do general **guasca**. O inimigo foi sendo levado de roldão ao embate dos seringueiros **doublés** de guerreiros. As linhas da famosa infantaria andina cedem e se rompem ao ímpeto do matuto nordestino animado e conduzido pela bizarria do moço herói gaúcho, cavaleiro andante do Brasil.

Não se tenha, nem por sombras, que foram vitórias fáceis, simples choques felizes para os acreanos. Não! Em “Empresa” Rozendo Rojas resistiu, dentro das obras de de-

fesa, por 11 dias e 10 noites, ao assédio ininterrupto, formidável, que lhe fez Placido de Castro, sendo para notar que os atacantes estavam armados de rifles Winchester e os atacados de carabinas Manulicher e Mauser.

Em “Puerto Allonso” depois “Porto Acre”, o maior e mais bem defendido reduto boliviano no território, a luta se prolongou desde às 9 horas da manhã de 15 ao meio-dia de 24 de Janeiro de 1903, o que vem a ser 9 dias e 8 noites de campear infernal, para usar a expressão de um cronista boliviano que era parte da guarnição.

Há um outro fator importante a considerar além do tempo de resistência dos bolivianos em Puerto Allonso e em Empreza e de que o fator inferioridade dos acreanos em armamento. Há o fator distância, não menos importante de que os dois outros. “Santa Roza”, onde teve lugar o combate de 18 de Novembro de 1902, está situada em território indiscutivelmente boliviano, no rio Abunã; “Costa Rica” que serviu de palco à luta de 8 de Dezembro, também de 1902, está no Tahuamanu, igualmente território pertencente à Bolívia; enquanto que “Puerto Allonso” é na fronteira com o Brasil, 5 milhas apenas distante da linha chamada “Cunha Gomes”.

Ainda um informe: da população avaliada em 50.000 almas que se espalhavam desde a serra do Contamano, nas divisas com o Perú, até à boca do rio Rapirrã, nas proximidades de Mato-Grosso, desde a boca do rio do Acre, no Purús, até o Igarapé da Baía, no Tahuamanu, Placido de Castro conseguiu levantar um pequeno exército de 2.000 combatentes.

* * *

É mister que se saiba hoje, quando o ambiente está impregnado pelo mais sórdido utilitarismo, envenenado pelo ceticismo, que Placido de Castro, embalde a ardência da mocidade, a sua bravia coragem e o desejo de vencer; embalde à testa de guerreiros improvisados entre labruscos; embalde a semiselvageria do teatro das operações, na época, antes lugares propícios ao extermínio do que à galantaria; embalde

tudo e a-pesar-de tudo, a guerra que fêz à Bolívia foi das mais humanas, das mais fidalgas, e, pois, das mais civilizadas.

Quem isso atesta é o próprio contendor vencido. São os soldados de profissão que rendem homenagem pública ao guerreiro por instinto que as circunstâncias transformaram em general. É o Coronel Benjamin Azcuí, no livro já citado, que tributa os mais francos elogios à sua coragem, competência, e, sobretudo, à sua nobreza, à sua humanidade para com os prisioneiros, feridos e mortos. É o Dr. José Manoel Aponte, em seu livro: *La Revolución del Acre* — que emite conceitos que não me posso furtar ao gosto de os ler: No capítulo em que tratou do sítio e rendição de Puerto Acre, escreveu: “En honor de la verdad, no se oyó de entre aquellos (os acreanos) una frase hiriente y por el contrario se mostraron respetuosos, comedidos y atentos, ayudandonos muchos de ellos á cargar los equipajes...” Descrevendo a primeira noite subsequente à rendição, em que os prisioneiros passaram recolhidos a navios e os acreanos instalaram-se em Puerto Acre, depôs por esta forma: “Allá, en aquel campamento que hábia sido nuestro, brillaban algunas luces y todo reposaba em profundo silencio. Creimos que se entregarían aquella noche a la embriaguez; pero no se oyó ni una sola voz que discordase...” E ajunta sincero: “El Coronel Castro tenía impartidas sus diversas ordens y ¡AY DEL DESOBEDIENTE!...”

Há mais, porém. Muito mais e tão desvanecedor para os nossos foros de brasileiros e de gaúchos que não poderia guardar comigo, uma vez que a obra do escritor boliviano é rara: “El Coronel Castro venia de Puerto Acre á visitarnos con frecuencia y enterarse de nuestras necesidades que tampoco el podia remediar. Permanecia con nosotros largo rato, departiendo familiarmente y escuchando las quejas de nuestros oficiales y soldados sobre agravios y mortificaciones de los tripulantes, á quienes mandaba castigar rigurosamente. La frecuencia del trato y la gentilesa de su comportamiento engendro el cariño. Nuestros soldados se ponian todos de pié para saludarlo, y nos acostumbremos á ver en él um digno adversario de la vispera y un excelente amigo de la hora presente...”

“Notábase el profundo respeto, la adoración que le profesaban todos los suyos. Parece que hasta sufrían con agrado los castigos que solía imponerles...”

Y así se explicaba como este joven riograndense, todavía en la mañana de su vida, ha podido á su paso levantar un ejército y convertir en soldados á los tímidos sirringueros...

“Es preciso confesar, ya que escribimos para la historia con la serena imparcialidad que ha menester quien se ocupa de los hombres y de las cosas, que á no ser Castro el Jefe de la revolución, habría fracasado ésta en sus comienzos...”

José Manoel Aponte, o autor dêsses conceitos, na qualidade de Auditor de Guerra do Exército Boliviano, fôra um dos 500 defensores de Puerto Acre. Como os demais que escaparam à morte, foi feito prisioneiro e expulso do território que ainda pertencia à sua pátria!

* * *

Como nota a margem destas considerações devo informar também que Placido de Castro, quando recebeu a rendição dos defensores de “Puerto Allonso” ou “Puerto Acre”, dando prova de seu cavalheirismo bem gauchesco, não consentiu na cerimônia mortificadora da entrega das armas dos vencidos. Aos chefes, oficiais superiores, permitiu que conservassem as espadas; aos soldados ordenou se desarmassem êles próprios antes de serem recolhidos aos navios em que foram conservados em custódia e nos quais, afinal, foram expulsos do território via de Manáos.

* * *

Em 24 de Janeiro de 1903, como foi dito, rendeu-se a última guarnição boliviana no Acre. Nessa data a comissão de diretores do The Bolivian Syndicate, que, aliás, não avançara além da cachoeira do Purús, já havia regressado a Belém, do Pará, apavorada com os acontecimentos em curso. Não houve como conter o americano, os dois ingleses e o argentino que integravam essa comissão, atestou raivoso o funcionário boliviano que os acompanhara.

Placido de Castro que havia sido aclamado Comandante em Chefe do Exército Acreano, quando da primeira reunião dos próceres revolucionários em Caquetá, isso no comêço de Julho de 1902, foi também aclamado Governador do Acre depois da queda de Puerto Allonso. Antes havia recusado terminantemente uma outra aclamação: a de general, por entender que era mau precedente êsse de generais por pronunciamiento...

É assim que terminada, ao menos por enquanto, sua missão militar, encetou a de estadista, dando organização à terra conquistada. Primeiro estabeleceu-lhe os limites com o Brasil, o Perú e a Bolívia. Depois, também em decreto, adotou a Constituição do Brasil como carta política do novo Estado Americano, o idioma português como oficial e a moeda que seria a mesma em curso no Brasil. Em seguida fundou repartições públicas, nomeou funcionários e estabeleceu regras administrativas.

Da Bolívia, por certo, não recearia. Receava, entretanto, que do Brasil, a-pesar-de tudo, lhe adviessem hostilidades. Aquela política até então seguida por Carlos de Carvalho, Dyonísio de Cerqueira e Olyntho de Magalhães, na gerência dos negócios exteriores, de cega fidelidade ao Tratado de Ayacucho, sem quererem capacitar-se do problema humano que se criara no Acre, sem quererem, — principalmente o último, — examinar o deslinde à luz do princípio do **uti-possidetis: ita-possideatis** do Direito Romano incorporado ao Direito Internacional, fazia temer o conquistador intremulo.

Felizmente, entretanto, a 2 de Dezembro de 1902, a direção dos negócios exteriores do Brasil havia passado para Rio Branco, que, rapidamente, compreendeu tudo o que se passara no Acre e logo se pôs a agir impositiva e eficazmente, com bravura, isento de considerações fúteis, condenando o pragmatismo dos antecessores. Rodrigues Alves dá-lhe todo o apôio preciso. São, ambos, os estadistas providenciais para o transe, porque nenhuma dúvida tiveram em dar forma jurídica ao que Placido de Castro fizera pelas armas. Completaram-se. Cada um dêles foi herói no respectivo campo de

ação. O Campeador, todavia, foi maior que os estadistas, quer na compreensão do problema, quer na força imperativa do querer.

* * *

Não obstante a decisão de Rio Branco fazendo saber ao governo de La Paz que a questão teria de ser examinada novamente e com outro espírito, que considerava litigioso o território ao norte do paralelo de 10° 20", que o governo do Rio de Janeiro não consentiria no esmagamento dos acreanos, o próprio Presidente da República da Bolívia, Capitan-General Juan Manoel Pando, fez-se rumo ao Acre à frente das tropas que pôde arranjar nas províncias próximas à capital. Queria vingar as derrotas que Placido de Castro inflingira ao seu exército e tentar, ainda, a entrega do território ao Bolivian-Syndicate...

Quando o Libertador soube dessa marcha, em Abril, o Presidente boliviano já andava por perto. Saiu-lhe ao encontro invadindo a Bolívia pelo Tahuamanu. Em "Gironda", na margem desse rio, fez seu quartel-general.

Pando, que estabelecera sua base de operações em "Palestina", seguiu avante em direção a "Puerto Rico". Aí foram-lhe os passos embargados por uma simples patrulha de reconhecimento enviada por Placido, a qual patrulha — 60 acreanos ao todo —, o manteve em sujeição desde o dia 18, pela manhã, até pela noite a dentro de 26 de Abril de 1903.

Salvou o exército boliviano de uma nova capitulação — não há duvida possível — o *modus-vivendi* assinado em La Paz, cuja letra chegou ao conhecimento do Chefe Acreano no exato momento em que ia marchar para dar o golpe final na guarnição de Puerto Rico.

Aquelas ameaças de Pando aos Acreanos foram meras quixotadas.

Aqueles receios de Rio Branco pela sorte dos brasileiros do Acre foram inteiramente vãos.

O Acre havia sido tornado brasileiro e haveria de continuar brasileiro. À frente dos seus destinos estava, na ocasião,

um homem no molde idealizado por Friederich Nietzsche, em "Der Wille zur Macht": Placido de Castro.

O Brasil estava em mãos de um dos vultos mais representativos da Nação, um daqueles tipos classificados por Emerson em "Representatives Men": Rio Branco.

EPOPÉIA

Senhores!

Para fazer compreendida a figura trismegista de Placido de Castro — a cuja espada deve o Brasil o domínio que exerce sobre o Acre e a América Meridional deve não ter sido invadida por civilização oposta à civilização que lhe criaram seus homens — retracei-lhe o perfil, dei a conhecer a questão que derimiu, e como o fêz, tudo a largos traços, como num ensaio, para que coubesse nos limites de tempo de um serão gaúcho.

Espero, assim, que a um mesmo tempo, lhe tenha feito entender a excelsitude do gênio e justificado minha grande admiração por sua memória.

Craveiro Costa, em conferência sobre o herói, disse que ele foi "um êmulo daquele personagem inconfundível do "Dilúvio", de Sienkiewicz, o fulminante guerrilheiro Pan Kemitá".

Quintella Junior, estudando-lhe a personalidade inconfundível, escreveu que "O valor e a tática de Placido de Castro o consagraram general digno de outro cenário, para que chegassem mais longe as cintilações de sua espada".

José Maria dos Santos, o vigoroso doutrinário político da atualidade, assinalou-lhe "a calma e refletida bravura, a maravilhosa energia, o espírito de organização e as extraordinárias qualidades táticas que tanto maravilharam os chefes bolivianos com que se mediu..."

Euclides da Cunha, em carta dirigida a Vicente de Carvalho, declarou comovido: "A morte de Placido de Castro abalou-me profundamente. Conheci-o e conversei-o largo tempo, quando viajámos juntos, no Purús, em 1904. Era uma alma desassombrada e heróica. Tinha talvez muitos defeitos.

Mas não se pode negar excepcional valor a quem, de fato, dilatou o cenário da nossa História. De qualquer modo, merecia outra morte ...”

Para Mario Ferreira de Medeiros, publicista gaúcho, êle é “O Herói Máximo do Rio Grande”.

Fernando Callage, em estudo recente no “Correio Paulistano”, sob título: “Um Legítimo Herói Brasileiro”, concita a admiração nacional em seu favor, declarando que “a ocupação do Acre por Plácido de Castro foi o imperativo maior para o desfecho do drama”.

Coelho Lisboa, do alto da tribuna do Senado Federal, comunicando sua morte, qualificou-o de “Aventureiro Sublime”, só comparável a Rodrigo Cid, o campeador fascinante da Espanha ...

Germano Haslocher, na mesma circunstância, na Câmara dos Deputados disse que êle foi “um dos maiores servidores da Pátria ...”

Carlos de Vasconcellos, escritor renomado, estilo brilhante, inteligência primorosa, só lhe chamava de CÉSAR DO ACRE ou de GAÚCHO NAPOLEÔNICO.

Edgar Cavalheiro, aquí em São Paulo, faz pouco, disse-o “Figura com foros de legenda”.

Rio Branco, segundo o depoimento de Mucio Teixeira, votava-lhe grande admiração pelos feitos militares e profundo respeito pelas qualidades morais que lhe exornavam a personalidade ...

Araujo Lima, aquele dos escritores que melhor estudou a terra e o homem da Amazônia, depois de lhe referir o ardor bélico, assim conclue juízo sentencioso: “Guião sereno, arguto e estrategista, Plácido de Castro dominou aqueles falangiários ardorosos, no sentido de uma melhor tática de guerra, e denodadamente levou-os à vitória. Coroada a sua obra por um feito que dilatou a glória diplomática de Rio Branco, o herói-guerreiro sentiu o ambiente muito mais propício ao trabalho do que à luta, trocou o fuzil pelo teodólito e aventurou-se à conquista pacífica das terras, onde avaramente se escondiam os mananciais, os filões de ouro líquido. E dentro em pouco era possuidor do maior seringal do Acre.

Foi quando o despeito e a cobiça, gerados por interesses mal satisfeitos, aliançaram-se para derrubar o general dos exércitos acreanos...”

Em “A Epopéia Acreana”, o jovem escritor cearense Freitas Nobre assim se refere a Plácido de Castro: “É mister que mostremos a história do Acre aos brasileiros que não na conhecem, afim de que possam enxergar o grande traço luminoso que Plácido de Castro traçou nas florestas amazônicas, para que fique na lembrança de todos essa epopéia, que é, em verdade, uma das mais fulgurantes e belíssimas páginas da História do Brasil...”

O Coronel Jaguaribe de Mattos, em “A Aspiração”, depois de historiar o incidente já referido entre Plácido de Castro e o Professor Themistocles Sávio, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, escreveu textualmente: “O bedel, bisonho na aparência, que dali partira, seria mais tarde o grande libertador do Acre: era Plácido de Castro. Arregimentando seringueiros com precaríssimo armamento, êle conseguia pouco depois, pelo seu valor pessoal, nos confins acreanos, ásperos e insalubres, enfrentar e derrotar fôrças regulares do Exército Boliviano e trazer (graças a posterior intervenção de Rio Branco) para o recesso da Pátria, uma região imensa tôda habitada por brasileiros, região que num gesto infeliz da nossa chancelaria havia sido, anteriormente, desamparada e entregue aos nossos vizinhos...”

No que a mim toca, si fôsse chamado a classificá-lo na História da América do Sul, pediria para seu nome um lugar ao lado de Bolívar, de Miranda, de O’Higgins, de Sanmartin, na galeria dos libertadores; na História Pátria reclamaria para Plácido de Castro o título de bandeirante, porque êle foi, de fato, o derradeiro bandeirante do Brasil!

Rio (Praia de Ipanema), 2 de Outubro de 1939.

BIBLIOGRAFIA

- Campaña del Acre (Memorias Históricas de un Jubilado) — General Pastor Baldivieso.
- La Campaña del Acre (1900/1901) — Dr. Emilio Fernández. (Tenente-Coronel do Exército Boliviano).
- La Revolución del Acre (1902/1903) — Dr. José Manoel Aponte. (Auditor de Guerra do Exército Boliviano).
- Resumen de las Campañas del Acre — Coronel Benjamin Azcuí (do Exército da Bolívia).
- Relatório do Ministro das Relações Exteriores 1902/1903 — Barão do Rio Branco.
- O Acre (Limites com a Bolívia) — Thaumaturgo de Azevedo.
- O Rio Acre — Serzedello Corrêa.
- Perú versus Bolívia — Euclides da Cunha.
- À Margem da História — Euclides da Cunha.
- O Estado do Acre e o Estado do Amazonas — Orlando Corrêa Lopes.
- O Acre e o Amazonas — Orlando Corrêa Lopes.
- As nossas fronteiras — João Ribeiro.
- História do Brasil — João Ribeiro.
- Limites — Oliveira Lima.
- Limites e fronteiras — Fernando Gabaglia.
- O Amazonas e o Acre — Jacques Ourique.
- A questão do Acre — Arthur Cezar Ferreira Reis.
- Memórias (Capítulo sobre a exploração das nascentes do Javari) — Barão de Teffé.
- Carta Geográfica das Nascentes do Rio Javari — Barão de Teffé.
- Folklore Acreano — Francisco Peres de Lima.
- Navegação do Rio Acre — Plácido de Castro.
- Bosquejo Histórico do Acre — Plácido de Castro.
- Apontamentos sobre a revolução Acreana — Plácido de Castro.
- Relatório do Prefeito Interino do Dep. do Alto Acre (1906/1907) — Plácido de Castro.
- Carta Geográfica do Território do Acre — Plácido de Castro.
- Carta Geográfica do Território do Acre e Territórios circunjacentes — João Alberto Massô.
- Geografia — Aroldo de Azevedo.
- Atlas do Brasil — Barão Homem de Mello e Dr. Francisco Homem de Mello.
- As Heveas ou Seringueiras — J. Barbosa Rodrigues.
- O Barão do Rio Branco — Liberato Bittencourt.
- Almanaque Brasileiro Garnier.
- O Direito do Amazonas — Ruy Barbosa.

- Compêndio de História do Brasil — P. Raphael M. Galanti S. J.
Tratado entre o Brasil e a Bolívia, de 17 de Novembro, 1903.
A Revolução do Acre (artigo) — José Maria dos Santos.
A Política Geral do Brasil — José Maria dos Santos.
Estudos Contemporâneos — J. C. Gomes Ribeiro.
Autonomia Acreana — Augusto Meira.
Efemérides da Revolução Acreana — Celso M. Schröder.
Genealogia de Plácido de Castro — Celso M. Schröder.
O Acre e os seus heróis (exemplar anotado pelo Cel. Rodrigo de Carvalho) — Napoleão Ribeiro.
Euclides da Cunha a seus amigos — Francisco Venancio Filho.
Relatório do Governo do Território do Acre (1928/1929) — Dr. Hugo Carneiro.
El Territorio del Acre — Dr. Daniel Carneiro.
Relatorio do Prefeito do Departamento do Alto Acre — General Gabino Bezouro.
Plácido de Castro (Conferência) — Carlos de Vasconcellos.
Notas da Europa — Carlos de Vasconcellos.
Cartas da América — Carlos de Vasconcellos.
Enclydes da Cunha (Conferência) — Firmo Dutra.
Amazônia — Araujo Lima.
Epopéia Acreana (Poema Heróico) — Farias Gama.
A Selva — Ferreira de Castro.
A Exploração da Hevea no Território do Acre — Avelino de Medeiros Chaves.
Fim da Epopéia — Craveiro Costa.
A Epopéia Acreana — Freitas Nobre.
Nacionalismo Político e Econômico — Geraldo Rocha.
Os Gaúchos — Mucio Teixeira.
O Acre e o Tratado de Petrópolis — Vinicio da Veiga.
Rodrigues Alves e sua Época — Gastão Pereira da Silva.
Mapa de uma parte da fronteira do Brasil com a República da Bolívia (Janeiro de 1860) (**Mapa da Linha Verde**) — Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e Major Isaltino José Mendonça de Carvalho.
À Margem da História do Brasil — Vicente Licínio Cardoso.
O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro — Genesco de Castro.
A Fronteira Brasileiro-Boliviana — Lopes Gonçalves.
Jornais da época.
Correspondência epistolar de Plácido de Castro com várias personalidades.
O Acre — O Direito da Bolívia — (Documento para julgar a questão). — Alcindo Guanabara.
O território brasileiro do Acre e o tratado de limites entre o Brasil e o Perú (O arbitramento Perú-Boliviano em Buenos-Aires).
La Cuestion del Acre — José A. Deheza.
Relatório do Dr. Luiz Cruls ao Ministério do Exterior (1902).

Relatório do Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes (1899).

Relatório do Contra-Almirante Ant.º Alves Ferreira da Silva (1928).

A Política Exterior do Império — Pandiá Calogeras.

Da Regência à queda de Rozas — Pandiá Calogeras.

O Espírito Militar na questão Acreana — Castilhos de Goycochêa.

Notas Genealógicas — Aurelio Porto.

Notas Genealógicas — Bueno de Azevedo Filho.

Homenagem ao Marechal ***“VISCONDE DE PELOTAS”***

Conferência do major COELHO DOS REIS
no solar da Família Visconde de Pelotas.

Honra e missão, arriba do minguado de minhas possibilidades, impõem-me, para excusa de não nas haver desviado de mim, a liminar confissão de tê-las recebido de meu ilustre General, a jeito e feição de ordem que, emanada de S. Excia., me não autorizava ponderação, nem piormente um escape.

Todavia, e conquanto de costa-arriba pareça a asserção, calhou-me confesso o mister porque — com meu desajeito à palavra pública, parelho somente ao descostume da tribuna, — se evidenciasse tão grande a vida daquele que aquí memoramos, que precinde, para relêvo de sua obra, da eloquência e lustre em que na deva versar, porquanto por si só, sem tropos de oratória e louçanias de linguagem, rebrilha solar nos fastos nacionais, exemplando-nos inda hoje, e sempre, as diretrizes da bravura e da lealdade a serviço do Dever e da Pátria.



Comemorações destas, costumeiro as promove a gratidão dos pósteros, à beira dos túmulos de pró-homens que em vida se credenciaram beneméritos. Derradeira morada a sepultura, junto dela parece-nos mais coroável o câmbio de sentimentos entre os que inda cá restamos e os a quem já Deus chamou. Entretanto, promovendo meu General esta romaria expressiva de civismo e gratidão, tão longe do jazigo do Marechal Visconde de Pelotas, vingou melhor e mais devéras aproximar-nos do grande guerreiro. Junto de sua tumba, apenas de seu corpo — destroçado já na própria terra da Pátria — com veneração nos acercaríamos; aquí, ao revés, onde nos recebe a fidalga progênie de seu sangue e virtudes, sentimo-nos, dentro neste vetusto e glorioso solar, plenos de emoção, como que envolvidos pelo seu espírito e próximos, quase dentro, no próprio coração do herói, cuja mente e sentir — onde quer o levassem o serviço e o dever — aquí restavam ou para cá permanente volviam, na sempre doce-amarga saudade dos pagos e do lar tranquilo e bom!...

Aquí, viveu êle os melhores e mais serenos trechos de sua existência de neto e filho, de espôso e pai. À sombra agasalhadora destas revelhas têlhas, desdobraram-se no tempo os episódios mais íntimos de seu provecto e fecundo viver; seus dias de alegrias e de paz, suas lembranças de guerras e de glórias, suas horas recolhidas de meditação e de afincado estudo, como de preocupações e de amarguras pela ingratidão nefasta e — porque não dizê-lo também! — pela bajulice esfaimada de favores (ambas são deshumanamente humanas) estas paredes austeras testemunharam e no silêncio recolhido de agora ainda guardam — inaudíveis é certo para nós — o éco de suas palavras, a ressonância de seu riso e o arruído de seus passos...

Si por aí além, dentro e fóra da Pátria, memória de seus feitos se conservam, aquí Snrs., só aquí, vimos topar o centro de gravitação de seu grande coração na translação luminosa pela vida! Tão imperativa esta mansão avoenga influía no sentir do Marechal de Aquidaban, que não temo aventurar a assertiva de que, em seus derradeiros momentos, quando já o crepúsculo da noite definitiva lhe esfumava as realidades, de

envôlta com a última oração a Deus, a visão consoladora de sua querência e sua gente se lhe estampou nas retinas apagadas, através a miragem singela desta casa, em que, pátria pequena, se inspirara sempre para amar, servir e gloriar a grande Pátria: — ampliação para êle magnífica de seu querido e remansado lar!

Si a Pátria — emanção de Deus — se radicou no coração humano sob a forma de um culto, no Brigadeiro de Avaí havemos de reconhecer um de seus apóstolos, e nesta patrícia mansão, mais que um templo — uma basílica, onde se conservam as relíquias de sua vida heróica, e para onde ocorreremos plenos de fé, nos dias sombrios e pressagos que vivemos, para recuperarmos alentos e enrijarmos convicções, na peleja de todo dia contra o apodrecimento moral e cívico de um utilitarismo alienígena e mercantil, que apregôa, por quaisquer trinta dinheiros — no livro, na imprensa, no cinema, no teatro e até mesmo nas cátedras e nas fileiras: a derrocada das pátrias, a confusão dos valores, o ridículo das tradições, o achincalhe da família e o desprêzo de Deus.

E se assim é, Snrs., bem houve meu General reunindo-nos aquí para o culto ao grande cavalariano do Império, na reafirmação coletiva da identidade do Exército de hoje com as tradições de desambição, de varonilidade e honra do velho e glorioso Exército, que nos soube com bravura legar um Brasil unido e íntegro.

Meus Snrs.!

Faz hoje 56 anos, que, no Rio, quase de inopino, falecia S. Excia. o Marechal do Exército José Antonio Corrêa da Camara, 2.º Visconde de Pelotas, Conselheiro do Império, ex-Ministro da Guerra, ex-Senador e 1.º Presidente do Rio Grande do Sul, grande dignatário das ordens de Aviz, do Cruzeiro e da Rosa e possuidor das mais altas e nobres condecorações de guerra.

Nascido em P. Alegre em 17 de Fevereiro de 1824, neto do 1.º Visconde de Pelotas — glória militar provada nas lutas de formação da Pátria Brasileira — madrugou menino no

gosto e pendor para as armas, enseivando-se criança nas tradições opulentas que lhe herdara o avô materno, ídolo de sua admiração cavalheiresca. Mal lhe aflora o buço, moçoilo de 15 anos, amadurece-lhe a vocação e resoluto se adentra pelo 3.º Regimento de Cavalaria Ligeira, onde se faz praça voluntária e parte — no mesmo dia — para a campanha de Farrapos, marcando, de tal jeito, sua estréia nas armas, pelejando pela causa sadia da ordem e da unidade da Pátria.

Em 1844 é alferes; vencida a revolução e aquietada alfim a província de S. Pedro, em 1846 é já Tenente e, ao cabo, Capitão aos 25 anos. Serenada a porfia interna, enublam-se os horizontes platinos para de logo irromper a guerra da Banda Oriental. Casado de apenas um mês, barganha o bucólico idílio do lar recém-construído, pelas incertezas e agruras da campanha no fadário de soldado, engajado agora na defesa mais ampla da grande família nacional ameaçada. Incorpora-se às tropas imperiais, sob o comando de Caxias, e só retorna a penates com a paz firmada empós a esplêndida vitória de Caseros.

Em P. Alegre, já com o saber de experiência feito nas lides e porfias além fronteiras, destroca os misteres de campanha pelas meditações do estudo — complemento da bravura e da honestidade para a integração do Chefe — e diploma-se na Escola Militar, com o curso de Cavalaria.

Por méritos Major em 1863, logo após segue para a guerra do Uruguai, onde, oficial superior, comprova suas qualidades marciais de Chefe, principalmente em Paisandú, onde levou com sucesso a Infantaria ao assalto e à vitória, logrando citação em Bol. do Exército e promoção consequente a Tenente-Coronel. Homem de ação, estudioso e íntegro, exerce na paz funções de estado maior e administração, aprimorando-se, modesto, no trato das causas militares, para as decisivas missões de mando e iniciativa que o destino lhe reservava.

Com o eclodir da guerra do Paraguai, mobiliza-se o patriotismo nacional — amodorradas até aí suas energias pela incúria e panglosiana inércia dos dirigentes da cousa pública — e correm improvisadas as forças brasileiras a barrar e quebrar a invasão do Rio Grande.

Abre-se na vida do Major de Paisandú o lustro de mais lustre de sua carreira. Assiste à rendição de Uruguaiana, ao assalto de Curuzú e à cruenta jornada de Curupaití, onde o heroísmo brasileiro não pôde superar os erros de uma direção falha e de um plano aziago.

Coronel por merecimento em 1867, experimenta-o Caxias em comissões de ação e tino, até que, aprestando-se os aliados para a marcha de flanco contra Humaitá, solicita seu retorno à tropa, indo servir no 3.º Corpo de Exército onde, sob o comando de Osório, toma parte nos reencontros de Tuiu-Cuê.

Depois de haver sido chefe interino do estado maior de Caxias, assume em janeiro de 1868 o comando da 5.ª Divisão de Cavalaria, onde em mais dilatado cenário patentearia o estôfo de lei que lhe forrava a personalidade. No assédio de Humaitá toma a posição de passo Espinilho e, ardente, logra a honra de um dos primeiros penetrar na fortaleza conquistada.

Tremulando a bandeira brasileira no tôpo da casamata de Humaitá, escapo Lopez, intenta Caxias a marcha para o norte na procura de novos contactos com o inimigo. E é todo um novo capítulo de tenazes esforços do Exército no adentramento por país inhóspito, sem comunicações e desconhecido e no qual, elemento da vanguarda a 5.ª Divisão de Cavalaria, sob a impulsão de seu chefe, centuplica esforços para amainar ao grosso as dificuldades indesbordáveis e para obter para o generalíssimo as informações indispensáveis à conduta da guerra.

Chocando-se os aliados ao cabo com a nova posição paraguaia de Pikisirí, decide Caxias contorná-la pelo Chaco, após reconhecê-la invulnerável de frente e pelos flancos. Após ingentes esforços, realiza o Exército o amplo desbordamento pela margem oeste do rio Paraguai, indo desembarcar em S. Antonio, para cair, como um castigo de Deus, sobre o exército de Lopez, na rápida, fulminante ofensiva de Caxias, que se bem pudera, sem risco de impropriedades, denominar — Dezembroada napoleônica.

Empós Itororó — onde Caxias ancião, superou Bonaparte moço em Arcole — prossegue o Exército rumo sul, em de-

manda das retaguardas de Pikisiri. Vai senão quando, pela manhã de 11 de dezembro de 1868, topam os nossos com o inimigo, forte de 5.000 homens, em linha de batalha, numa eminência do terreno que pelo sul dominava o arroio Avaí. Num pronto, Osório avança e vinga transpor o arroio, avolumado pela tormentosa bátega que na ocasião caía e empiorava a ação. Incerta pairando nesse passo a sorte das armas, ordena Osório: “carregue a 5.^a Divisão sobre Caballero”. Camara, sereno, manobra a jeito sua gente e carrega com violência sobre o flanco direito paraguaio e, num credo, é senhor do terreno e de cinco bôcas de fogo.

Pressentindo Caballero o perigo, lança contra Camara sua cavalaria de reserva, reforçada pela infantaria, Camara, nesta abertura, empolga sua tropa e lhe transfunde com o exemplo, supremas energias, carregando e se entreverando com brio. Atacado, porém, por forças superiores, perde a posição e a presa feita e é obrigado a ceder terreno, passo a passo, pois sua infantaria de apoio se retardara na transposição do arroio campo fora.

Certo, porém, Snrs., de que a guerra é conflito de forças morais, e de que toda vitória mais que com armas se conquista com a têmpera da vontade, Camara transfigurado não molga a própria e, reconstituindo esquadrões, recuperando rápido sua infantaria, centauro do brio e da bravura, fulmina em cargas bem brasileiras a resistência esplêndida de Caballero, reapossando-se do terreno e da artilharia que houvera ganho e perdido.

Tentam os paraguaios envolver a Divisão; Camara contrapára à manobra adversa e reage, mantendo-se a todo custo na posição. Neste passo, e quando mais cruento vai o choque, Andrade Neves e João Manoel surgem pelos flancos e inundam a retaguarda inimiga, desbaratando-lhe a derradeira resistência dos quadrados, que espedaçam a golpes de espada e lança.

Era o triunfo, ao cabo, e por prêmio de tanto esforço!

Desbaratado o inimigo, recupera Camara e põe ordem em sua tropa e, à frente de seus bravos, vem de retôrno a nossas linhas. Suado da refrega, montado em cavalo árdego

inda espumando do esforço, sua figura máscula irradia, no desalinho da glória, o orgulho do dever cumprido. Em trote seguro ganha espaço e lesto se aproxima. No que frontêa com o comandante em chefe, que lhe testemunhara os feitos, alça-se garboso nos estribos, ergue bem alto a espada recurva e encarando nos olhos o velho chefe — que desde Poncho Verde aprendera a querer — abate-a marcial, na mais bela e eletrizante saudação!...

Caxias — suprema figura de chefe, conquanto sisudo e reservado, tinha também, provara-o de sobejo no arrôjo de Itororó, um coração quente de soldado sensível às vibrações do heroísmo e, num ímpeto irreprimível ante a beleza marcial do momento, quebra de querer a linha de irreprochável sobriedade de gestos que sempre se impusera, bradando para o Coronel Camara que passa:

— “General! louvo-o pelas suas brilhantes cargas!...”

Qualquer comentário, Snrs., a tão inédita promoção, lhe apoucaria o grandioso, perturbando em todos nós o silêncio de emoção que sua evocação nos traz e que, só êle, pode sintonizar nossos corações com o sublime desta página de ouro de nossa história, digna por certo dos anais guerreiros de qualquer povo de eleição!...

Pelo que, passemos avante neste apressado e apagado esbôço da vida do grande General de 44 anos.

Dias após Avaí, realiza Caxias com a 5.^a Divisão o reconhecimento preliminar de Lomas Valentinas, onde se entocava Lopez por trás da bravura fanática de sua gente. Estuda a situação e decide o plano de ataque ao reduto de “El Supremo”, dando a Camara a missão de assédio de Angusturas. Iniciado êste a 21, em 30 rende-se a fortaleza, merecendo seu vencedor amplos encômios de Caxias em Boletim do Exército.

No ataque a Lomas, como de vêzo, escapa Lopes ao cerco, ideado bem por Caxias, porém nem por todos executado com aquela disciplina de comando tão de mister nos altos escalões... Destroçada a posição paraguaia, abria-se o caminho de Assunção, onde Caxias entra em 5 de janeiro de 1869, quebrando-se alfim para o mundo o tabú da inexpugnabilidade paraguaia e do gênio militar de Solano.

Novo período da guerra começa: a Campanha da Cordilheira. Fôra encompridar descompassado êste bosquejo se nos detivéssemos meúdo em narrá-la como merece o assunto e fizeram jus os que a obraram. Brilhante nela a ação de Camara, não toleraria todavia o auditório trabalho tão de fôlego versado pela pouquidade de quem não merece explaná-lo. Pelo que, limito-me a enunciar de largo nomes que relembram sua atividade bélica: — Tupi-hú, onde derrota Galeano; Peribe-Buí, em que sua tropa foi das primeiras a penetrar na praça; Campo Grande e Caraguataí, que lhe carregaram novos lauréis de vitória.

Após tais sucessos, batido o inimigo onde quer o desentocassem nossas fôrças, entra a campanha na fase difícil e complexa da perseguição, em país selvagem e desconhecido, onde terreno, comunicações e provisões precárias transmudavam-se em aliados de Lopez na obstinação doentia de uma resistência fanática.

Pois bem, Snrs., em meio das agruras apontadas, verdadeiro cavalariano, uma vontade firme se apruma invulnerável ao clima, à doença, às privações e ao perigo, polariza tôdas as energias gastas nesta longa e pelejada guerra, vinga ver claro e prever longe: — é Camara. Sabia-se que Lopez se homiziara na região nordeste do país. Sim; porém onde e por que rumos?

— Mistério. Que fôrças inda tinha? — Incógnita. Urgia, ademais, impedir-lhe a escapula para um país neutro. Sim; porém como, quando e onde? — Quem pudera decidir?... Responda-nos Camara, o realizador do impossível.

A fase final da luta define-a num expressivo modismo gaúcho: “a guerra que temos de fazer agora é uma **guerra de pernas**”. Isto é, guerra de sondagens, de ásperas cavalgadas pelo agreste, de vaivens, de tenacidade, de dificuldades e incertezas.

Para levá-la avante, qual o plano? — Simples e objetivo: dividir em dois núcleos sua fôrça, visando em movimentos bem calculados inscrever na malha de seus itinerários o inimigo e barrar-lhe as possíveis direções de retirada; o grosso (sob seu comando) engajado por Conceição — Bela Vista — Dou-

rados, que atacaria o inimigo de frente; um destacamento (sob o comando de Paranhos) engajado por Passo Barreto — Guassú — Picada Chirêguelo, que perseguiria as retaguardas inimigas. Em síntese: duas como que tenazes que, aos poucos se fechando, acabariam, onde quer e quando, fixando e esmagando a presa. Até que tal se desse, impedí-la de escapar pelo norte ou de retornar para o sul.

Informações ulteriores, de prisioneiros esparsos, esclarecem o paradeiro de Lopez na região de Cerro-Corá e fazem Camara modificar o plano em execução. Resolve êle próprio arrepiar do rumo de Bela Vista para juntar-se ao Destacamento Paranhos, enquanto ordena às forças de Bento Martins que pelo itinerário primitivo procurasse atingir por Ponta Porã a picada Chirêguelo.

A respeito, assim se expressa:

“O inimigo tinha-se colocado em situação de não poder evitar-nos o encontro, se porventura nos deixasse tempo de ocupar o Guassú de um lado e o Chirêguelo do outro. Estava desde logo resolvida em meu espírito a magna questão: Lopez seria forçado a ver-se esmagar em seu acampamento.”

Cavalariano de alma, após decidir, age presto e em sigilo, preparando o verdadeiro golpe de mão com que vingaria acabar a guerra, no dizer do emérito historiador Tasso Fragoso. Em 26 de Fevereiro transpõe o Negla e dois dias depois o Guassú. Na madrugada de 1.º de Maio ordena o ataque do Passo Taquara, onde desbarata a cobertura adversa, que nem tempo e jeito teve de alertar Lopez, acampado próximo, entre os ramos confluentes do Aquidaban e Aquidabanigui.

Não titubea; impulsiona a Vanguarda na aproximação sobre o Aquidaban. De surpresa se fere a ação e transposto o passo dêsse rio, a cavalaria se desfrena em carga e surpreende Lopez no acampamento, onde mal azo tem de montar. Há um choque rápido, no qual Lopez é ferido e foge pelo mato até Aquidabanigui. Chega Camara ao local do entrevêro e ouve que Solano escapara; vai-lhe escoteiro no encalço, se-

guido de algumas praças. Logo além, topa com o ditador tentando, ajudado de dois oficiais, galgar a barranca oposta do arroio, que transpusera a pé. Ferido, meio reclinado, está sobre a barranca, inda empunhando a espada.

Chega-lhe próximo o Visconde e, dizendo-lhe quem era, intima-o a render-se, com garantia de vida. Responde-lhe aquele que se não entregava, que morria pela sua pátria, e tenta golpear o chefe brasileiro, no que é secundado por um dos oficiais que o acompanhavam. Este é morto; o outro oficial tenta embrenhar-se no mato e é morto também.

Nova intimação de Camara, ripostada por Lopez ao jeito da primeira. Ordena então o Visconde seja desarmado o preso revel; um soldado pega-lhe pelo punho a espada e esforça-se por arrancar-lha. Na posição infirme em que estava, no reagir à praça se desequilibra e cai no rio, mergulhando; soergue um instante a cabeça fora d'água, e morre de logo.

Estava assim, num epílogo rápido, finda a guerra que tanto durara e na qual obtinha o Brasil, com a vitória, a mais plena desafronta aos ultrajes que sofrera e as mais belas tradições guerreiras sul-americanas. Benemérito da Pátria o Marechal Camara, lutador incansável de tôdas as amargas horas dessa estirada campanha, quinhoava-o Deus com a glória de marcar-lhe o derradeiro minuto e de assistir ao momento final do tirano — seu único e premeditado causador — próximo, relativamente próximo — altos designios de Deus! — daquele sítio sagrado de Dourados, onde os sequazes de El-Supremo, trucidando o modesto e bravo Tenente Antonio João, desde então nos abriam o crédito da vitória final contra o despotismo feito poder e contra a traição e o saque alçados à categoria da lei e da honra das armas!...

Marechal aos 46 anos e galardoado com a mesma nobiliarquia do avô, retorna alfim à sua querência de Pôrto Alegre, gloriado por todo o Brasil, extremado pelos seus soldados e até mesmo pelo inimigo respeitado, rico, opulento de renome e feitos, porém modesto, simples e pobre como partira, — na

confirmação da velha tradição de que jamais enche o ouro das vitórias os bolsos da ambição, pois todo se espalha pelo peito do bravo em condecorações de honra e pela história da Pátria em páginas que nenhum ouro compra!...

Meus Senhores.

Vou terminar; pois, conquanto muito haja inda para dizer sobre tão bela vida, não há como fazê-lo no quadro modesto de uma simples palestra de um anônimo das letras. Só a natureza tem o dom e a arte de condensar na pequenez duma só gota d'água os reflexos estelares e a beleza infinita de todo um firmamento. Livro portanto, e alentado, merece tal vida. Estou em mim convicto, que desta casa e do acervo de relíquias que agasalha, para proveito do Brasil de hoje e do futuro, breve, mui breve se irradiará a obra biográfica de Camara, num verdadeiro milagre da dedicação e do culto de seus dignos, eméritos e modestos netos, em quem o amor por sua memória é tão grande quanto o orgulho sadio por tão belo nome.

Dêle disse em carta Caxias:

“Cheio de prazer e orgulho lhe dirijo meus cordiais parabens pelos seus feitos gloriosos, que deram em resultado a conclusão da guerra, com aniquilamento do tirano Lopez.”

Depois de elogiar-lhe a atividade e a perícia das manobras e de lamentar não tê-lo em Lomas Valentinas no flanco direito, pois então talvez houvesse alí terminado a guerra, ajunta:

“Não me surpreenderam, portanto, os seus feitos em Cerro Corá e a prova está em que, quando aqui cheguei do Paraguai, perguntando-me o Imperador o que eu julgava dos generais que tinha então deixado no Exército, eu não tive dúvida em dizer que a melhor cabeça militar que tinha alí dei-

xado era infelizmente o Brigadeiro, mais novo dêle, pois se o não fôsse, seria, sem dúvida, quem eu proporia para substituir-me”...

Após o texto em que Caxias expressa espontâneo o julgamento definitivo de Camara, não há porque, nem como retomar o assunto. Está concluso e inapelável o processo de glorificação de sua personalidade e o seu nome de soldado inscrito com letras de bronze nas páginas incurríveis da História Militar do Brasil.

Resta-nos o nobre consôlo da gratidão, no preito espontâneo e sincero pela sua memória de soldado e pró-homem do Brasil.

O agradecimento do major Rinaldo Pereira da Camara

Exm.^o sr. general, representante de s. excia. o Coronel Interventor, sr. coronel comandante da Brigada Militar, sr. chefe de Polícia, srs. oficiais.

Constitue para nós os descendentes do gal. Camara, motivo de vivo reconhecimento, o gesto do exm.^o sr. general comandante da Região, reunindo nesta casa, os srs. oficiais da guarnição de P. Alegre, com o fim de render um preito de veneração cívica à memória do visconde de Pelotas.

O espírito da Pátria, pairando, embora, sôbre todo o seu território, encontra, no entanto, em determinados lugares que foram cenários de suas grandes lutas, em ambientes nos quais viveram seus pró-homens, verdadeiros centros de cristalização de sua vida. Tais pontos do solo pátrio — sejam as regiões onde se feriram os decisivos feitos de sua história militar, sejam as silenciosas mansões onde pesquisaram, meditaram ou oraram os seus sábios, seus pensadores e ascetas, sejam, enfim, os velhos solares que constituíram quadros de vida por onde passaram gerações de soldados e estadistas, — tais lugares históricos constituem autênticos santuários de culto cívico, onde o espírito da Pátria se objetiva e se exprime.

Assim, êste salão, exmo. sr. general, já engalanado em dias festivos para a Nação e saturado por vezes, de carregada atmosfera política, diz muito da nossa história.

Aquí — reuniram-se nos dias agitados da célebre questão militar, os próceres que plasmaram a República de 89. Aquí, foram escritos por José Feliciano Fernandes Pinheiro os “Anais da Província de S. Pedro” e o “Resumo Histórico da Província de S. Catarina”, obras clássicas, da nossa literatura histórico-geográfica. Nesta casa residiram o 1.º Governador da Província de S. Pedro do Rio Grande e o 1.º Presidente dêste Estado — S. Leopoldo e Pelotas, respectivamente, representantes de dois regimes políticos. Honraram êsse solar com suas visitas, entre outras personalidades os nossos Imperadores e o espírito luminoso de Saint Hilaire. De uma dessas sacadas, já se fêz ouvir o verbo inflamado do grandíloquo tribuno Gaspar da Silveira Martins, como porta-voz da vibração patriótica do povo, saudando o herói de Aquidaban, por ocasião de seu regresso da campanha do Paraguai. Estavam, então, estes salões repletos de militares. Sessenta e nove anos após, aquí temos de novo a nossa classe, unida e coesa, animada do mesmo espírito de brasilidade, atenta às grandes vozes do passado, vozes de heroísmo e de fidelidade, que vêm do fundo da nossa história militar.

O ato de rito patriótico que neste momento celebramos é necessário e oportuno. Carlyle, estudando o culto dos heróis, observa com muita penetração, que êsse culto constitue uma eterna esperança para a direção do mundo e um imperativo que brilha com o fulgor de uma estrêla polar através das nuvens da confusão e da descrença.

Exmo. sr. general, hoje que nos desvãos da literatura histórica proliferam os iconoclastas lopisguaiois, homenagens como esta constituem uma reparação.

Em horas como as que atravessamos, de crise de estabilidade e de coesão dos Estados, em que se ouve, com apreensões, o ruído da fratura de quadros seculares da vida social, em que se operam revolucionárias revisões no quadro dos valores humanos, quando, como um furacão destruidor, ideologias internacionalistas sacodem as estruturas de pátrias milenárias, é

um imperativo de conservação dos Estados, despertar o sentido histórico do povo, avisar a sua memória secular, sugerir-lhe as fecundas retrospectões, as visões de sua continuidade no tempo, de sua identidade na sucessão dos episódios de sua vida histórica. Os povos, como os indivíduos, só alcançam consciência plena de si mesmos, através dessas voltas ao passado, que fortalecem a unidade de consciência coletiva e revelam o que há de inconfundível em sua vida, de unicamente seu — suas experiências, suas lutas, seus esforços de formação de uma vida própria e de uma existência autônoma. Nesses exames da consciência coletiva, surgem como encarnação dos valores da Pátria as figuras dos homens que a modelaram; seus estadistas, seus heróis, seus artistas, seus pensadores, os homens que com a charrúa e com a espada lutaram pela fecundidade do solo e pela integridade da terra. Entre êsses construtores de nações, estão inegavelmente os soldados, que, assegurando a ordem interna, permitem que cada povo realize sua vocação para construir uma cultura própria e, conservando a inviolabilidade das fronteiras, mantém a independência e a soberania dos Estados. Nossa história é, aliás, a prova experimental desta verdade. Aí estão essas figuras de patriotas modelares: Caxias — o General nunca vencido, Osório — a personificação das virtudes militares da raça, Andrade Neves — o símbolo da audácia da nossa cavalaria, Mena Barreto — expressão eloquente de uma tradicional estirpe de bravos, Marquês de Souza — o requinte sugestivo da elegância física e moral, Sampaio — o glorioso patrono da nossa infantaria, Floriano — o Marechal de Ferro, disciplinador das rebeldias iniciais da nossa vida republicana. A nossa classe pela voz do sr. Major Coelho dos Reis vem de colocar nessa galeria de soldados beneméritos a figura austera do Visconde de Pelotas... Seus descendentes, vivamente gratos, querem utilizar esta oportunidade para dizerem ao Exército, aquilo mesmo que diria o Visconde de Pelotas, em circunstâncias como esta. Ele diria, e nós sem dúvida o aplaudiríamos, que a êsse Exército, ao espírito que o anima, às virtudes que o caracterizam, à severa disciplina de seus costumes, aos exemplos de seus maiores expoentes, deveu o vencedor de Aquidaban sua formação

moral e profissional, e consequentemente, as melhores glórias de sua vida e os mais belos gestos de sua dedicação ao Brasil. Ele diria, com um autor patricio, que o Exército tem sido um verdadeiro pedagogo da Nação, poderoso auxiliar em suas aspirações de liberdade e progresso, que aos 26 de Fevereiro de 1821, em famosa reunião deliberou a partida de D. João VI; que se levantou para garantir a nova Pátria livre, propugnando, ardentemente, pela emancipação política do País; que primeiro compreendeu a necessidade da dissolução da Constituição, que se tinha tornado facciosa; que melhor verificou a necessidade da deposição de Pedro I; que largou as armas, quando nos últimos anos do cativoiro lhe mandaram capturar escravos foragidos; que prestando ouvidos à propaganda do republicanismo histórico, deu a 15 de Novembro de 89, o último empurrão no trono imperial. Diria mais, que a fôrça armada do Brasil, no momento atual, constitue, com nosso espírito de catolicidade, a viga mestra da Nação. Isso diria sem dúvida o Visconde de Pelotas.

Exmo. sr. general, queira v. excia. aceitar o comovido reconhecimento de nossa família, extensivo aos prezados camaradas do Exército e da Brigada Militar. Ao sr. major Antonio José Coelho dos Reis, que com o fulgor de seu espírito e a vibração de seu patriotismo, tamanha significação soube emprestar a esta solenidade, a nossa gratidão.

Geografia Histórica

Toponímia do Brasil-Sul

J. Tupí Caldas

Para bem compreender os direitos da Coroa portuguesa sôbre o território, que veio a constituir a base física do Estado do Rio Grande do Sul, devemos recordar que, já em mil quinhentos e trinta e um (1531) o Rei de Portugal Dom João III, tinha como certo que seus domínios atingiam às margens do Rio da Prata, como se verifica da carta escrita, em 14 de Dezembro daquele ano, pelo embaixador lusitano Dom Alvaro Mendes de Vasconcelos, junto a Côrte de Espanha, relatando as negociações diplomáticas entre as duas grandes potências do século dezesseis e dirigida àquele monarca.

Nesta carta afirma o embaixador português haver defendido o direito de exploração e posse da costa austral do Novo Mundo, até ao Rio da Prata, como realizada pelos nautas portugueses, escrevendo textualmente: "...o primeiro que v. al. no regimento de martim afonso lhe mandaua e encomendaua toda amizade com castelhanos que não lhe tocasse nem contendese sobre cousa que pussijssem, a segunda em que se arrematão todas ho que conforme aas capitolações dos Reis passados. V. al. lhe mandou por mjm dizer que ela por parte do emperador e sua mandase averiguar en que tempo descubrira Solis, e que V. Al. mandaria muj brevemente saber em que tempo hua armada de dom nuno manoei, que por mandado del Rey voso paj que estaa em gloria foy descobrir ao dito Rio, e quem se achase por verdade que primeiro descobrira estjvisse em posse até se lançar a llnha..."

Conhecendo-se o documento de contrato, assinado por Lope Conchillo, representante do Rei de Castela, com o piloto-maior don Juan Diaz de Sólis, em 24 de Novembro de 1514, (Medina, Juan Diaz Sólis, II, págs. 134 a 137), onde no item quarto diz o seguinte:

“Que vos el dicho Juan Diaz de Sólis seias obrigado de ir á las espaldas de la Tierra, donde ahora está Pedro Arias, mi capitan general e gobernador de Castilla del Oro y de allí adelante ir descubriendo por las dichas espaldas de Castilla del Oro mil é setecientas leguas é mais más si pudierdes, contando desde a raya é demarcacion que vá por la punta de la dicha Castilla del Oro adelante, de lo que no se ha descubierto hasta agora, con tanto que no toqueis en costa alguna de las tierras que pertenescem á la corona Real de Portugal, so pena de muerte e perdimiento de bienes para nuestra camara...,” bem como, sabendo-se que A. Herrera, na sua História Geral, Dec. II, livro I, capítulo VII, ensina que o ato de posse para a Coroa de Castela realizado por Sólis, teve lugar, no dia 2 de Fevereiro de 1516, no interior do pôrto de Nossa Senhora da Candelária, hoje denominado Buenos Aires, que acharam em trinta e cinco graus de latitude sul, entrando logo em agua doce, esto é, no “Mar Doce”, hoje, Rio da Prata, não pode existir nenhuma dúvida quanto aos direitos de Portugal sobre a costa meridional americana, pois don Nuno Manoel explorou esta região atlântica anteriormente à JUAN DIAZ DE SÓLIS, achando-se de volta a Europa em fins de Outubro de 1514, passando pela ilha da Madeira, em 12 de Outubro daquele ano, como é relatado na “Nova Gazeta da Terra do Brasil”, publicada em Antuérpia, Bélgica, no ano de 1515.

Quando foi da criação das capitánias hereditárias, em 1534, segundo os estudos do Visconde de Porto Seguro, parte da costa do Brasil foi doada aos irmãos Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza, havendo aquele historiador desenhado um mapa demonstrativo da situação territorial das primeiras capitánias, o qual tem sido reproduzido por todos os autores modernos.

Tenho para mim, que o mapa do Visconde de Porto Seguro não representa a concepção geográfica dos cartógrafos

portugueses do século do descobrimento, embora obedeça as mais exigentes informações geodésicas dos tempos modernos. Não devemos esquecer que, somente, em 1666, o sábio Cassini deu a solução exata dos problemas de longitude.

A concepção para os cartógrafos do século dezesseis, como resultado da evolução da geografia de há quatrocentos anos, está perfeitamente representada nos mapas depositados na Biblioteca da Ajuda, executados pelos pilotos quinhentistas, principalmente o registado sob indicação 51-VI-38, cuja fotografia é encontrada na página 256, do III volume da "História da Colonização Portuguesa do Brasil" e, que pelas inscrições que apresenta podemos atribuir ter sido executado em 1571, logo depois da expulsão dos franceses do Rio de Janeiro; a linha meridiana do Tratado de Tordesilhas está aí representada, por forte traço vermelho.

O mapa da Ajuda, sob classificação 51-VI-38, foi calcado nas informações da época e representa um documento de alto valor histórico, no qual podemos verificar as posições ocupadas pelos castelhanos à margem direita do Rio da Prata e de seu afluente o Rio Paraguai, demonstrando a posse efetiva das terras situadas a leste da "linha de demarcação" pela coroa portuguesa. (Vide Fig. 1).

Os documentos cartográficos do século dezesseis, a par da posse e uso constante pelos portugueses, constituíram as melhores fontes documentais históricas para a realização dos tratados internacionais entre Portugal e Espanha, quando foram abertas as discussões sobre limites das terras coloniais americanas, logo após a restauração da Coroa portuguesa, em 1640, realizando-se, posteriormente, os acórdos diplomáticos de 1703, 1705, 1737, 1750 e 1777.

Na observação e exame atento do "Mapa da Ajuda — 51-VI-38", à cima indicado, é fácil reconhecer que o território brasileiro que se estende desde "Angra dos Reis", no Estado do Rio de Janeiro, até ao Rio da Prata, constituía no fim do século dezesseis, no ano de mil quinhentos e setenta e um, a Capitania Geral de don Lopo de Souza.

No primeiro século de colonização portuguesa as terras riograndenses, catarinenses, paranaenses, paulistas, e, parte

das fluminenses, além das uruguaias, pertenciam de fato e de direito, com posse certa e legítima, à Coroa de Portugal, que a títulos de “doações reais”, acompanhados de “contratos enfitêuticos”, estabelecera com os “Regimentos dos donatários” um sistema de “colonização de enraizamento”, que assegurava a implantação de populações de origem européia, de tal valor e importância, que mais tarde foi imitado pela Inglaterra, na colonização da Austrália.

Esta grande base física, limitada pela orla atlântica austral, a partir de “Angra dos Reis” até ao Rio da Prata, e no oriente pela “linha de demarcação”, constituía a Capitania Geral de don Lopo de Souza, no ano de 1571.

Don Lopo de Souza foi primeiro filho de don Pero Lopes de Souza, (senhor de Alcoentre, de Tagarro e São Vicente), e de dona Ana Guerra, sendo primeiro neto de Martim Afonso de Souza e de dona Ana Pimentel.

Don Lopo de Souza usou os títulos de donatário de Itamaracá, de Santo Amaro, de São Vicente e de Sant’Ana, herdando todos os direitos como descendente direto, na linha masculina, de seu avô paterno, don Martim Afonso de Souza, falecido em 1571, de don Pero Lopes de Souza, seu pai, segundo dêsse nome e senhor de Tagarro e Alcoentre, bem como de seu tio Pero Lopes de Souza, o primeiro do mesmo nome e piloto de armada exploradora da costa brasileira em 1530, primeiro donatário de Santo Amaro, Sant’Ana e Itamaracá.

Agora, considerando-se que o litoral sul-brasileiro está perfeitamente representado no referido mapa, onde lemos uma toponímia rigorosamente portuguesa, fácil é sentir o sentimento de grande amor fraterno e filial, ao lado da alta consideração social e política dos **“membros da família Souza”**, que determinaram aos cartógrafos lusitanos a designar os acidentes geográficos, desta parte do Brasil, com nomenclatura rememorativa duma gloriosa família portuguesa.

Foi na observação e leitura atenta dos mapas quinhentistas, que percebemos a importância das informações especializadas da ciência da linhagem, consagrada ao estudo das origens e progresso das famílias, para melhor justificar a toponímia duma determinada região ou acidente geográfico local;

a tal conclusão chegamos, ao realizar o estudo histórico sôbre a origem dos nomes próprios dos principais acidentes geográficos do Brasil austral, como passamos a demonstrar.

A **Capitania de Sant'Ana**, atingia ao paralelo do Rio Tramandaí, foi denominada em homenagem a mãe de Lopo de Souza, dona Ana da Guerra e a sua avó dona Ana Pimentel, conservando-se na nomenclatura das "terras altas", que se estendem desde Santa Catarina aos arredores de Pôrto Alegre.

O nome de **Rio de São Pedro**, depois Rio Grande de São Pedro do Sul, relembra para sempre as vidas gloriosas, de Pero Lopes de Souza, 1.º e 2.º do mesmo nome; de Pero Afonso de Souza, frade dominicano, filho de Martim Afonso de Souza, bem como o de don Pedro de Souza (de Seabra), senhor das "terras do Prado", avô do grande capitão de S. Vicente.

A nomenclatura do **Rio São Gonçalo** permite a recordação da memória de don Gonçalo de Souza, irmão de Lopo de Souza.

A **ilha de Santa Catarina** tem nomenclatura, que recorda à memória de dona Catarina de Souza, tia do donatário de 1571.

O pôrto principal da ilha catarinense teve, na época do primeiro século, o nome de don Rodrigo Afonso de Souza, sendo conhecido então sob nomenclatura de **Porto de don Rodrigo**.

O **cabo de Santa Maria**, em XXXV graus, descoberto por João de Lisbôa, em 1514, foi assim denominado em homenagem a dona Maria Pinheiro, espôsa de Pero de Souza Seabra, senhor das "terras do Prado", avô paterno de Martim Afonso de Souza; — no século de quinhentos, "**Santa Maria**" também era o nome da atual **Serra do Mar**, na sua extremidade sulina.

Não encontramos, na toponímia regional do Brasil-Sul, outros vocábulos que recordem mais parentes próximos de don Lopo de Souza, como sejam os nomes de dona Inês Pimentel, tia do donatário, que foi casada com don Antônio de Castro, senhor de Cascais, Lourinhã e São Matéos de Lisbôa ou de dona Brites Pimentel, outra tia, que morreu noiva de don Luiz de Ataíde; outrossim não registamos homenagem à memória de don Lopo Roiz de Souza, tio do donatário de 1571; tenho como certa a explicação, que oferecemos para estas exclusões: dona Inês Pimentel, filha de don Martim Afonso de Souza e

dona Ana Pimentel, pelo casamento com o senhor de Cascais, formou uma nova “família de raiz”, constituindo um novo grupo autônomo no seio da velha e gloriosa sociedade portuguesa; dona Brites e don Lopo, filhos do mesmo casal, vivendo no lar comum, não atingiram a idade adulta; morreram mancebos, recebendo homenagens no seio da organização familiar.

A omissão do nome de **Martim Afonso de Souza**, na nomenclatura atual da costa brasileira, onde nos séculos XVI e XVII, designava um rio da vertente atlântica austral, lançando-se a trinta graus de latitude sul, leva-nos a identificá-lo com o rio Tramandaí, situado no nosso Estado, com barra na latitude de 29° 56,30”, cujo dado astronômico foi determinado pela Comissão de Estudos do Telégrafo Nacional, tendo como chefe o engenheiro Behring.

A apelação dos acidentes geográficos ao longo da costa austral do Brasil, na região dentro dos limites de máxima extensão da Capitania Geral do Rio Grande de São Pedro do Sul, ex-vi do ato do Governo Real Português, de 19 de Setembro de 1807, que diz: “...sou servido desannexar este governo (do Rio Grande de São Pedro) da capitania do Rio de Janeiro, a que este até agora era sujeito, e erigi-lo em Capitania Geral com a denominação de Capitania de São Pedro, a qual compreenderá todo o continente ao sul da Capitania de São Paulo, e as ilhas adjacentes, e lhe ficará subordinado o governo da Ilha de S. Catarina”, comprovam, em abundância de argumento, a consequência que se tira pelo raciocínio, de que a toponímia regional datando do século de quinhentos, registrada no Mapa da Ajuda, é a maior homenagem prestada ao instituto da família portuguesa (de espécie de família de raiz, como ensina Le Play), na aurora de sua transformação no tipo particularista, quando os novos lares levantados, nas “donatárias” asseguravam pela unidade de raça, de linguagem, de religião, de moral e instituições tradicionais, sociais e políticas, o nascimento do “homem brasílico”, que “em perigos e guerras esforçados, mais do que prometia a fôrça humana, entre gente remota edificaram” Novo Imperio.

Pisando o solo cristalino e eruptivo da Cordilheira Marítima, sob o céu do Cruzeiro do Sul, o “homem lusitano” mais amou as suas tradições e maior lustre deu à Nação, realizando a metamorfose própria em “homem brasílico”, que vai escrever no solo americano a epopéia das “bandeiras”.

A uniformidade nos costumes, nas crenças e nas ocupações não impediu o desenvolvimento da individualidade do “homem brasílico”, gerando nas “vacarias”, nas “estâncias” e nos “casais” a audácia dos “fronteiros”, na afirmação de personalidades heróicas, sucessores no valor, na intrepidez e ardidez aos avoengos, que “se fizeram por armas tão subidos” e “outros em que poder não teve a morte”.

NOTA GENEALÓGICA

A — **MARTIM AFONSO DE SOUZA** — Bis-neto de Martim Afonso Cicchorro de Souza; neto de Pedro de Souza de Seabra; filho de d. Lopo de Souza (1.º do nome); Nasceu em 1500; Chefe da expedição de 1530, ao Brasil; fundador das feitorias de São Vicente e Piratininga; casou com dona **Ana Pimentel**, filha de d. Rui Dias Maldonado, comendador de Triana na Ordem de S. Tiago e dona Inês Pimentel, da Casa de Benavente; não esquecer, que Rui Dias Maldonado era filho de **d. Rodrigo Aires Mendes Maldonado**, natural de Talavera, Doutor e grande Letrado, do Conselho de Estado dos Reis de Espanha e seu embaixador em Portugal, Navarra e França. Morreu entre 20 de Novembro de 1570 e 17 de Maio de 1571.

Filhos: 1 — **PERO LOPES DE SOUZA** (2.º do nome) — Senhor de Alcoentre e de Tagarro, da Capitania de São Vicente; casou com d. Ana Guerra; foram páis de **d. Lopo de Souza** (2.º do nome), donatário de São Vicente, Itamaracá, Santo Amaro e Sant'Ana e da 1.ª Condessa de Vimieiro.

Não confundir com d. Pero Lopes de Souza (1.º do nome), irmão de Martim Afonso de Souza, que acompanhou-o na expedição de 1530 e autor do “Diário de Viagem”.

2 — **LOPO ROIZ DE SOUZA** — Morreu solteiro.

3 — **PERO AFONSO DE SOUZA** — Frade dominicano.

4 — **RODRIGO AFONSO DE SOUZA**.

5 — **GONÇALO DE SOUZA**.

6 — **INÊS PIMENTEL** — Casou com d. Antonio de Castro, senhor de Cascais, Lourinhã e São Mateos de Lisboa.

- 7 — **BRITES PIMENTEL** — Morreu noiva de d. Luiz de Ataíde.
8 — **CATARINA DE SOUZA** — Faleceu solteira.
9 — **TRISTÃO DE SOUZA** — Filho natural; capitão de Maluco, na Índia.
Observação: Criado o Governo Geral do Brasil, foi nomeado primeiro governador d. Tomé de Souza, primo-irmão de d. Martim Afonso de Souza, em 7 de Janeiro de 1549.

J. TUPI CALDAS

Praça Garibaldi 68

Porto Alegre

Nótulas Bibliográficas

Esta secção está a cargo do sr. Bibliotecário e nela só se fará menção das obras enviadas à Biblioteca do Instituto.

LEOPOLDO DE FREITAS

Faleceu em S. Paulo, onde residia há cêrca de 50 anos, nosso sócio correspondente, dr. **Leopoldo de Freitas**.

Nascido em Pôrto Alegre a 27 de setembro de 1865, era filho legítimo de Manoel de Lacerda Cruz e dona Adelaide Leopoldina de Freitas.

Feitos seus estudos primários na cidade de Pôrto Alegre, ingressou para a Escola Militar da mesma cidade e depois, para a do Rio de Janeiro, não concluindo, porém, o curso. Seguindo para S. Paulo, matriculou-se na histórica Faculdade de Direito da Paulicéia, onde se bacharelou.

O dr. Leopoldo de Freitas foi quase tudo na vida: professor, juiz, cônsul, jornalista, historiador, literato, advogado, além de seu início na carreira das armas.

Como professor, trabalhou em Ouro Preto, Minas Gerais, e São Paulo. Como cônsul, exerceu durante 16 anos o cargo de cônsul honorário da Guatemala, em S. Paulo. Juiz, exerceu sua atividade durante alguns meses, logo após sua formatura, em Pelotas (Rio Grande do Sul). Advogado, batalhou longamente nos fôros de S. Paulo. Como historiador e literato, deixou-nos uma série de trabalhos notáveis como: **Esbôço da História Militar do Brasil — Estudos de Direito Internacional — Elementos de Direito Público — Noções de Literatura Geral — Lições de Literatura Nacional**, além de vários prefácios, entre os quais merece menção especial o que escreveu para uma das edições de **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**, do grande Eduardo Prado. Como jornalista, longa seria a lista

de seus trabalhos e cargos. Mencionaremos, entre êles: Secretário do **Diário Popular de S. Paulo**; colaborador efetivo da **Cidade do Rio**, do Rio de Janeiro, e mais da mesma cidade, de **O País**, **Jornal do Brasil** e, desde 1927, do **Correio da Manhã**.

O **Centro Gaúcho**, de S. Paulo, deve-lhe grandes benefícios, pois tudo fêz por aquela entidade cuja benemerência bem merecia os esforços e as canceiras de um Leopoldo Freitas e bem as merece de um Oscar Tollens e Fernando Callage.

Leopoldo de Freitas, que pertenceu a uma família de intelectuais, pois era irmão do saudoso mestre de direito e notável historiador dr. Alcides Cruz, fazia parte de sem número de entidades culturais nacionais e estrangeiras, dentre as quais mencionaremos: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Sociedade Geográfica de Lisbôa, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico de S. Paulo e de quase todos os Institutos Históricos ou Academias de História da América do Sul e da América Central. Pertencia, também, ao Ateneu de Letras do Japão, e era membro titular do Instituto da Universidade de Coimbra. Possuía, além disso, inúmeras condecorações, dentre elas as de Oficial da Instrução Pública de França, da Ordem "El Merito" de Chile, e diversas outras americanas e européias.

Em nossa "Revista" inúmeras foram as suas colaborações, sempre apreciadas.

W. Sp.

"O DIA DA CULTURA E RUI BARBOSA" —
Orações de Carlindo Lelis e Cristino Castelo Branco —
Federação das Academias de Letras do Brasil — Rio, 1939.

A infatigável Federação das Academias de Letras do Brasil, acaba de editar em primorosa brochura as orações dos academicos Carlindo Lelis e Cristino Castelo Branco sob a denominação de "O dia da Cultura e Rui Barbosa."

Fica assim designado o dia 5 de Novembro como sendo o **Dia da Cultura**, efeméride que assinala o nascimento de Rui Barbosa, o grande e o maior espírito do nosso século.

Nesse trabalho, que traz uma nota explicativa inicial de Waldemar de Vasconcellos, são divulgadas as duas conferências que são duas mag-

níficas sínteses referentes ao genial brasileiro Rui Barbosa. Os Snrs. Carlindo Lelis e Cristino Castelo Branco, são profusos e fiéis ao fixarem a linha surpreendente de cultura, o volume de sabedoria que irradiava Rui Barbosa, nas suas manifestações de jurista, de orador ou mesmo de literato.

O glorioso brasileiro teve sua memória exalçada nas páginas dos dous homens de letras que de tão perto conheceram o valor dêsse raro e inconfundível espírito que tão alto elevou o nome do Brasil e suas tradições de autonomia, liberalidade e cultura.

O. S.

“IL DIRITO D'ASILO DIPLOMATICO” —
Francisco Medaglia — Milão, 1939.

O Dr. Francisco Medaglia é um espírito brilhante, filho de Pôrto Alegre e que enveredando pelas atividades diplomáticas, vive distante de sua patria.

É Diretor do Escritório Comercial do Brasil, em Milhão e do magnífico jornal “Brasile” que se edita mensalmente na grande cidade lombarda.

Chega-nos agora essa interessante tese com que acaba de se doutorar o nosso patricio dr. Francisco Medaglia, “Il Diritto d’Asilo Diplomatico”. É uma erudita síntese, legítimo filão de inteligência pura, onde em largas pinceladas são fixados, com vigor cintilante, o desenvolvimento, conceito, origem e tôda a pragmática histórica do direito de asilo diplomático.

Além dêsse capítulo substancioso o seu ilustrado autor dedica ainda uma parte dessa mesma doutrina no seio da América Latina e como é interpretado no Brasil o asilo diplomático.

Nesse ângulo do seu trabalho expande o autor conceitos correlativos que abrangem uma dupla esfera formada pelo senso político e pela razão jurídica. Sem dúvida que tudo quanto nos possa agradar ou mesmo possa tomar caráter de hospitalidade que são manifestações de solidarismo humano, no círculo internacional tais formas acolhedoras propõe discussões e até mesmo incidentes que a diplomacia sabe aplacar, mas cujos vestígios se conservam no panorama da história. E são obstáculos para o desenvolvimento de interesses recíprocos, de gravidades nas boas relações, dos estímulos que o tempo solidifica.

Dai a resultante de um bem parcial a provocar males geraes e de extensividades às vezes imprevisíveis.

Esse aspecto o dr. Francisco Medaglia o descreve em largos traços, sùmula que resplandece e vae despertando o interesse do leitor por tudo o que apresenta a jurisprudência diplomática e suas derivativas ocasionais.

"Il Diritto d'Asilo Diplomatico" é um estudo bem traçado e melhor observado que bem pode servir como fonte basilar para desdobramento do tema apresentado com tanto brilho pelo ilustrado patricio dr. Francisco Medaglia

O. S.

EL SISTEMA LACUSTRE SUD-RIOGRAN-
DENSE-ORIENTAL — José Aguiar — Imprensa
Militar — Montevideo, 1939.

O professor José Aguiar é hoje nos foros da inteligência riograndense um nome familiar, admirado e constantemente lembrado. Historiador dos mais honestos e eruditos, a vizinha República do Uruguai deve envaidecer-se em poder contá-lo entre os grandes historiadores da américa meridional.

Seu espírito está sempre voltado aos problemas históricos que interessam diretamente seu país. Não se cansa em estudar fatos que a história esqueceu e até muitas vezes sancionou.

O professor José Aguiar — Contra-Almirante da Armada Uruguiaia, — volta agora à publicidade com um curioso trabalho que mais uma vez veio estreitar as afinidades espirituais do Brasil do Sul com sua pátria — essa alma latina que confunde as duas pátrias irmãs. Trata-se de uma tradução, rigorosa e amplamente comentada e anotada, do nosso erudito confrade professor Walter Spalding, "A Barra do Rio Grande e a Lagoa dos Patos" estudo publicado na **Revista Marítima Brasileira** de Maio e Junho de 1938.

Esse importante estudo de Walter Spalding teve um admirável tradutor e comentador. José Aguiar analisou pacientemente o trabalho traduzido que, como experimentado marinheiro graduado, todos os assuntos marítimos lhe merecem um profundo e especial carinho intelectual. Os comentários tecidos à peça dos nossos sistemas lacustres de Walter Spalding constitue um alentado e apurado ensaio do professor José Aguiar. A obra divide-se em 2 partes. A primeira é constituída do trabalho traduzido e a segunda de observações, doutrinas, comentários, anotações seguídas de mapas e gráficos.

Analisa com muito brilho o movimento bandeirante nos primórdios da descoberta na zona meridional. Em seguida estuda as frotas, os índios arachanes, carijós e tupís, o mapa de Funck, a barra do Rio Grande, as lagoas Mirim e dos Patos e mais uma série de acidentes geográficos e litorâneos, tudo em sínteses magistrais.

O importante estudo do professor José Aguiar honra sobremodo as letras históricas dêste continente e faz crer na realidade da literatura construtiva que a inteligência dos estudiosos faz projetar-se por sobre esse ciclo de cultura e renascimento histórico das terras americanas.

O. S.

ANAIIS DO 2.º CONGRESSO DAS ACADEMIAS DE
LETRAS — Rio, 1939.

Um valioso subsídio à literatura brasileira representa o volume de 500 páginas que temos em mão e que reúne as teses apresentadas ao 2.º Congresso das Academias de Letras do Brasil. A obra magnífica, de legítima cultura que a Federação das Academias de Letras do Brasil vem realizando é digna dos mais calorosos e incondicionais louvores. Graças à sua ação que chamariamos mais patriótica que propriamente intelectual, já podemos conhecer os escritores do Norte, do Centro, do Sul, suas tendências, seus méritos e suas atividades, verdadeiro intercâmbio espiritual de encitamento e conagração dos ideais da arte e da beleza.

O 2.º Congresso instalado no Rio de Janeiro a 21 de Junho do ano último, assinalou uma expressiva homenagem ao inconfundível prosador brasileiro Machado de Assis. Nesse volume otimamente impresso estão fixados, além dos detalhes como se processou o congresso, as teses, indicações e pareceres onde aparecem trabalhos seletivos e de profunda erudição.

Os estudiosos encontrarão nesse volume material excelente para a interpretação e conhecimento do nosso idioma e da nossa já opulenta literatura.

A Federação das Academias de Letras do Brasil prosseguindo na sua tarefa nobilitante de congregar os homens de pensamento do Brasil, os que escrevem e fazem da pena a mais alta glória da inteligência americana, terá feito uma grande obra, terá reunido o elemento criador por excelência como figura inicial no campo das concepções e da idéia, tanto como doutrina e ficção como filosofia e ciência.

O volume publicado é um testemunho das suas altas diretrizes.

O. S.

RESENHA HISTÓRICA — Grande Loja de
Paraíba — João Pessoa, 1938.

O volume que temos à vista trata longa e detalhadamente do movimento maçônico de João Pessoa, no extremo norte do Brasil. Por tudo o que se verifica nesse repositório histórico da vida social do grande Oriente de Paraíba, a ação desse núcleo operante de intenso dinamismo e profunda fé no trabalho dos homens bem orientados e humanamente inspirados, transparece eloquentemente nesse alentado volume documental.

O Dr. Abelardo de Oliveira Lobo, grande mestre da Grande Loja, apresenta relatórios, notas, atas, monografias, súmulas, reminiscências, história, prescrições do que resulta um brilhante espelho dos fecundos trabalhos dessa entidade de altos princípios de solidariedade social e de perfeição espiritual.

O. S.

AL MARGEN DEL CONGRESO — Buenaventura Caviglia, hijo — *Separata do Boletim de la Seccion Filologica del Instituto de Estudios Superiores* — Montevideo, 1939.

Buenaventura Caviglia (hijo) continua sendo o estudioso de sempre, o homem que de vez em vez nos manda da sua bela pátria um abraço intelectual, um sorriso de beleza através de suas páginas impregnadas de senso histórico, de autonomia literária.

“Al margen del Congreso” é sua nova contribuição onde aborda tema de alta cultura e discute a formação básica das racialidades. Chamaríamos até seu trabalho de científico. É notável como estuda, nessa rara síntese o caráter fundamental do tipo afro, índio e americano, produto mesclado, tipo da denominada raça histórica. De tais estudos conclue o ilustrado historiador Caviglia hijo, os modos de grafar e denominar esses tipos humanos que se caracterizam pela cruz como elementos fora de castas. Para isso faz análises, considera os grupos e origem étnicas, as quotas de sangue, suas resultantes de raça e consequências normativas desses grupos de mistura.

Sabemos com que zelo de detalhes e com que acuidade de convicção o Dr. Buenaventura Caviglia, hijo, costuma apresentar seus estudos. E neste trabalho não alterou seu sentimento substancial de escrever e demonstrar a verdade e exatidão dos seus ensaios.

“Al margen del Congreso” é um excelente trabalho que muito honra o seu autor.

O. S.

PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO DO ESTADO
DA BAHIA — *Escolas Profissionais Salesianas* —
Bahia, 1939.

Um belo e alentado volume esse que temos em mão e que a histórica Baía nos envia como riquíssima fonte de estudo do movimento de 1837 que a posteridade designou por **Sabinada**.

Documentos os mais remontos e fiéis são publicados e que tratam dos crimes ,agravos, denúncias, prisões, libelos, autos, termos, apelações, atas, interrogatórios, protestos, petições e toda a sorte de papéis guardados no arquivo do grande Estado do norte

A nossa história começa a ter um momento de divulgação documental. Nesses últimos decênios a intelectualidade nacional criou paixão desmesurada às tradições, ao passado brasileiro e os governos, por sua vez, destinam verbas especiais para atender as publicações que servirão, amanhã, como fontes inesgotáveis para arquitetar a legítima história americana.

O presente volume é uma evidente e preciosa contribuição para o que se deseja conhecer e para melhor se recompor o passado, no que se refere aos acontecimentos do Norte. Bela peça que muito se recomenda pelo preciosismo do seu conteúdo.

O. S.

GABRIEL DE LARA — Nascimento Júnior
— Edição do dr. Dicesar Plaisant — Paranaguá
— 1940.

O escritor Nascimento Júnior nos apresenta uma útil monografia sobre Gabriel de Lara e se aprofunda no estudo referente a fundação de Paranaguá. Isso demonstra que estamos vivendo um momento grandioso de renascimento histórico. Em todos os estados há estudiosos, os que se dedicam e se tornam ideologistas dos acontecimentos nacionais.

O snr. Nascimento Júnior nesse trabalho discute as origens de Paranaguá e vai analisando desde o movimento populativo do recôncavo onde surge Cotinga até o continente diante dessa próspera Itiberê.

Assim vai glorificando Domingos Peneda e Gabriel de Lara, os obreiros benfeitores do litoral onde hoje a prosperidade é o testemunho da existência de uma força, de uma inteligência coletiva.

O. S.

A DESCOBERTA DO BRASIL POR CABRAL
NÃO FOI OBRA DO ACASO — A sua verdadeira
data — Luiz Alves de Oliveira Bello — Imprensa Naval — Rio — 1939

Luiz Alves de Oliveira Bello, capitão de Fragata reformado, é um espírito brilhante, uma inteligência vigorosa voltada aos fatos da história nacional. Conhecemos sua obra e seu trato fidalgo e tanto o admiramos que seu novo trabalho referente a descoberta do Brasil e sua verdadeira data mereceu nossa integral atenção. Efetivamente o estudo meticoloso e de penetração que nos apresenta o ilustrado historiador é merecedor do nosso incondicional aplauso. Muito se tem escrito a respeito desses acontecimentos sobre os quais assenta a atualidade nacional. É antiga a dialética e que Oliveira Bello volta a ferir com argumentos e análises que são afirmativas eloquentes.

A lenda histórica do acaso e a data de 3 de Maio mereceram do autor um cuidado e segurança argumental que bem demonstra sua ansiedade em fixar a verdade dando interpretação racional aos documentos examinados. Quanto mais se perde no tempo o acontecimento cabralino mais claros ficam no tablado da história os pontos obscuros sujeitos à dúvidas e controvérsias. E todo êsse espurgo devemos-lo aos estudiosos contemporâneos, aos que criaram sua mística de amor à história americana.

Oliveira Bello é um valor pensante que dia a dia mais se esforça no sentido de melhor interpretar os fatos ocorridos nesta parte do nosso continente.

O. S.

“LAGUNA E OUTROS ENSAIOS” — Oswaldo R. Cabral — Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina — 1939.

De início o autor se revela um erudito conhecedor da matéria que com tanto brilho explana e procura cristalizar suas conclusões. Sabemos quanto é árdua a história, notadamente para aqueles que desejam fazer história, contribuir com material honesto, estudado e purificado para a grande história nacional, ainda contaminada de erros que se repetem.

Oswaldo Cabral tem um sentido patriótico no que esboça, delinea, investiga, aclara para depois fixar como determinante de uma análise. É detalhista e muito nos impressiona a correção com que dividiu seu trabalho belo e calculado.

Laguna obedece a 2 capítulos: “Santo Antônio dos Anjos” e “A conquista do Rio Grande”, para em outros ensaios se conterem outros dois estudos: “As actividades de uma Sociedade Patriótica no Século XIX e os grupos negros em Santa Catarina”. Facilmente avalia-se dêsse forte conjunto de homogeneidade histórica onde a intelectualidade do historiador é exercitada com alto e fidalgo brilho.

O. S.

NATURAL HISTORY — Pelo “The American Museum of Natural History”, de New York, o grande museu dos Estados Unidos, fomos obsequiados com a remessa dos n.ºs 1 a 5, do volume XLIII, n.ºs 1 a 5, do vol. XLIV e n.º 1, do vol. XLV, referente, o último, ao mês de Janeiro p. p., da revista “Natural History”, publicação oficial daquela instituição.

Este notável e luxuoso magazine científico, que, por si só, é o bastante para consagrar definitivamente a entidade a que se relaciona, é publicado mensalmente (exceto em Julho e Agosto) e o preço de sua subscrição é de \$3 dólares anuais, custando o n.º isolado 50 centimos, importâncias essas que podemos considerar relativamente módicas si tivermos em conta o grande valor científico do magazine que, além de inserir em suas páginas artigos importantíssimos, é fartamente ilustrado com esplêndidas fotografias e figuras, algumas em cores.

O último n.º recebido, o primeiro do vol. XLV, referente a Janeiro do corrente ano, contém os seguintes trabalhos:

“Familiar Symbols in Jade”, de H. P. Whitlock, relativo aos símbolos e histórias do jade esculpido na Velha China; “Meet Mister Porpoise”,

de A. F. McBride, observações feitas nos colossais aquários dos Florida's Maine Studios, em que o autor estuda os espantosos hábitos dos Porcos Marinhos (pequenos cetáceos) que são dóceis e brincalhões e que não esquecem seus amigos, mostrando forte propensão para o ciúme e pesar; "Meat-Eating Plant", uma série de cinco fotos de Kelnigsberg, mostrando interessantes fases do aprisionamento e final destruição duma môsca por uma flôr-alcapão e insetívora (*Dionaea muscipula*); "Man or Ape?", de Franz Weidenreich, em que o autor apresenta um notável estudo sobre o célebre Macaco-Homem de Java, o *Pithecanthropus erectus* de Dubois, considerado hoje com um simples Gibão extinto, apresentando-nos novos conhecimentos sobre o mesmo, apoiados na restauração do crânio, feita agora com o auxílio de novos e mais completos fragmentos, descobertos recentemente em Java, pelo Dr. Koenigswald; "The Eskimo goes modern", de P. H. Godsell, em que o autor mostra o humor e sentimentos existentes nas aspirações dos Esquimós, em relação aos costumes dos homens brancos; "Place of the Gods", de W. A. Gardner, em que se revelam os antigos mistérios da região de Navaho, relativos a pedradas de estranhos animais (búfalos e camelos prehistóricos da América), impressas no arenito vermelho, e a uma caverna sagrada, templo dum antigo deus pagão, em cujo interior foram descobertas máscaras rituais e em cujas paredes vêm-se, impressas, um grande número de mãos, em diversas posições, impressões essas consideradas como mensagens religiosas; "Insect Factories", de O. Earle, em que são estudados diversos produtos elaborados por insetos e usados pelo homem; "The Pelican's Family Album, uma coleção de nove fotografias em que A. V. Ragusin nos mostra certos costumes dos Pelicanos; "Apostle of the birds", em que D. R. Barton estuda a personalidade e a carreira científica de Frank M. Chapman, naturalista americano, grande amigo das aves. Todo êsses trabalhos são fartamente ilustrados com ótimos desenhos e fotografias.

Os interessados em se tornarem membros do "The American Museum of Natural History", com direito, entre outros privilégios, a receber o "Natural History" Magazin, deverão escrever, pedindo informações, ao Membership Secretary daquela notabilíssima instituição científica, em Central Park West at 79 th Street, New York City — United States of North America".

C. C.

REVISTA DE LA ACADEMIA COLOMBIANA
DE CIENCIAS EXACTAS, FÍSICAS Y NATURA-
LES — N.º 9 y 10 — Vol. III — Marzo a Septi-
embre — Bogotá, 1939.

É verdadeiramente notável o esforço dos ilustres cientistas colombianos da Academia de Ciências Exatas na manutenção de seu órgão oficial, a magnífica **Revista** que é verdadeiramente orgulho da América Latina.

Temos, nos Estados Unidos, a ótima **Natural History** à qual nada fica devendo, superando, mesmo, em certos pontos, a da Academia Colombiana de Ciências a **Natural History**.

Publicações tais honram a cultura de um povo e bem alto falam do poder científico que possuem tais povos provando, desas forma, o brilhantismo da hora presente e a glória futura.

Não sabemos, ao certo, o que mais admirar nessa Revista, pois tudo quanto traz é magnífico, útil, instrutivo e, ao mesmo tempo, ameno.

Felicitamos cordialmente a Academia Colombiana de Ciências e a própria República irmã, por tal publicação.

W. Sp.

AS FORÇAS ARMADAS NA FORMAÇÃO E DEFESA DA NACIONALIDADE, — palestra realizada pelo Coronel Souza Docca. — Rio de Janeiro, 1939.

Infatigável o ilustre coronel Souza Docca! E é de notar-se que todos os seus trabalhos são profundos e primam pela intensa brasilidade e pelas lições que encerram.

Essa palestra realizada na Diretoria de Fundos do Exército, como contribuição às comemorações do Cincoentenário da República, é uma demonstração do que, pela nacionalidade brasileira, fizeram as forças armadas desde os albores aos nossos dias.

Síntese histórico-sociológica de nossa formação, a conferência de Coronel Souza Docca examina, em poucas palavras, a evolução político-social do Brasil, mostrando o sentimento, cada vez maior, de seus filhos e, em especial, do exército, na organização brasileira que, a 10 de Novembro de 1937, conseguiu, como o afirma com precisão, desviar "o Brasil das encruzilhadas sinuosas" e conduzi-lo, "unido, conciente, feliz e vitorioso, pela estrada normal, sem veredas, de seus grandes e naturais destinos, como Estado e como Nação".

W. Sp.

CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS — Trabalhos da Comissão do Centenário — Vol. II — P. M. P. (Prefeitura Municipal de Petrópolis) 1939.

O Centenário da fundação de Petrópolis produziu frutos preciosos e valiosos: a fundação do Instituto Histórico de Petrópolis e os 2 volumes já publicados com os trabalhos da Comissão, inteligentemente secretariada pelo Dr. Alcindo Sodrê, cujo dinamismo intelectual se denota em tudo quanto faz.

Como o 1.º, é este 2.º volume de grande valor pela documentação e preciosos estudos que contém, da autoria de H. C. Leão Teixeira, Amé-

rico Jacobina Lacombe, dois belos trabalhos, — Alcindo Sodré uma série de “crônicas petropolitanas” e um estudo sobre a fundação de Petrópolis, — João Duarte Silveira e Laurenio Lago.

Essa magnífica contribuição para a História Nacional ficará pelo seu valor e por sua significação, assinalada na bibliografia histórica com um voto de louvor aos insignes estudiosos e membros da Comissão do Centenário de Petrópolis, a qual cumprimentamos e felicitamos cordialmente.

W. Sp.

LIBRO DE ACUERDOS Y INSTRUCCIONES
DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIO-
RES (1846 - 1851) — Advertencia y notas de **Juan
E. Pivel Devoto**. — Ministerio de Relaciones Ex-
teriores — Archivo Historico Diplomatico del
Uruguay — Tomo II — Montevideo, 1939.

Como o primeiro volume, encerra este segundo matéria preciosíssima para estudos de relações internacionais. Pura documentação, distribuída por data, mas sistematizada por país e assunto num índice valioso estes volumes do Arquivo Histórico Diplomático do Uruguai põem-nos ao corrente de toda política exterior daquele país amigo possibilitando, dessa forma, o estudo mais detalhado e mais preciso da História diplomática daquele país e de suas relações com as demais potências. Com referência ao Brasil, encerram estes dois volumes toda correspondência dos agentes, cônsules e ministros uruguaios no Rio, o que nos facilita a correção de muitos erros que se estão perpetuando. Si aqui no Brasil o mesmo se fizer, facilmente se tornará a tarefa do historiador. — As notas do erudito dr. Pivel Devoto são valiosas.

W. Sp.

BOLETIM DO CENTRO RIOGRANDENSE DE
ESTUDOS HISTÓRICOS, — Rio Grande, Outu-
bro de 1939 — Ano I — N.º 1.

O Centro Riograndense de Estudos Históricos, há vários anos que exerce grande atividade na cidade do Rio Grande, com projeção em todo o Estado e, mesmo pelo Brasil inteiro e no estrangeiro. E, agora, como prova de sua vitalidade real, acaba de publicar o primeiro número de seu Boletim que é afirmação da capacidade daquele grupo de abnegados estudiosos da grande cidade do Rio Grande. A matéria contida nesse Boletim é de veras preciosa, porque, na maioria, documentos que são postos à luz meridiana e utilíssimos a todos. Estão nesse caso a correspondência passiva do tenente-general João Henrique de Böhm e o testamento de Silva Pais. Mas não se pode deixar sem referência o belo trabalho do

ilustre historiador e sociólogo uruguaio dr. Eduardo B. Gómez. É trabalho que revela profundo conhecimento da matéria, embora tratado em síntese.

Por esta publicação apresentamos nossos efusivos parabens ao Centro Riograndense de Estudos Históricos, com votos de prosperidade. — Avante.

W. Sp.

PEQUENA HISTÓRIA DA CASA VERDE. — Obra enriquecida de Muytas y Variadas Notas que esclarecem o Texto y Fallam de Outras Cousas; a qual escreveu **Aureliano Leite** Natural das minas da altaneira Sam Francisco de Ouro fino y morador en esta muy Leal y Heroyca cidade de Sam Paulo de Piratininga — Elvino Pocai compôs y Imprimiu no Anno da Graça M CM XXXIX.

Obra de luxo, arte e história, esta **Pequena História da Casa Verde**, gentilmente enviada pelo Autor ao Instituto, demonstra cabalmente a capacidade investigadora e a honestidade que preside a obra do eminente dr. Aureliano Leite. Embora regional, o estudo em aprêço é precioso, e valiosa contribuição para o estudo do velho e glorioso, e do novo e vitorioso S. Paulo.

Obra que se lê com interêsse e simpatia, é lamentável que o Autor haja feito, apenas, uma edição “para distribuição graciosa” privando, dessa forma, os amigos da boa e veraz história e da bibliografia de tão meritório quanto luxuoso trabalho.

W. Sp.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO — vol. 171 — Rio de Janeiro — 1936 (1939).

BOLETIM DE LA ACADEMIA PANAMEÑA DE LA HISTORIA — Ano VI — n.º 16 a 19 — Panamá, 1938 e Ano VII, n.º 20 — Panamá, 1939.

BOLETIM DE HISTORIA Y ANTIGUIDADES — n.º 299 — 300 — Vol. XXVI — Bogotá, Colômbia.

BOLETIM DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL — 1936/1937 — Diretoria de Estatística Educacional — Secretaria de Educação e Saúde Pública — Pôrto Alegre, 1939.

ESTATÍSTICAS CULURAIS DE 1937 — Idem — idem — 1939.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — N.º 4. — Rio de Janeiro — Instituto brasileiro de Geografia — Outubro 1939.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE — Ano IV — Boletim n.º 6 — Novembro 1939 — Curitiba — Paraná.

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS CENEALÓGICOS — Ano III n.º 6 — 2.º semestre 1939. — Como sempre, magnífica.

IBERO-AMERIKANICHES ARCHIV — Jahrgang XIII — N.º 2 — Julho 1939. Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin.

AEVUM — ANO XIII — Fasc. 4 — Outubro-Dezembro 1939. — Facultad di Lettere dell'Universita Cattolica del Sacro Cuore — Milano.

U. F. M. — órgão da União dos Funcionários Municipais do R. G. do Sul — N.º 9 e 10, Santa Maria.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES — Tomo 2.º — n.º 1 — Setembro de 1939 — Curitiba — Paraná — Excelente publicação.

BOLETIM DE FILOLOGIA — Tomo II N.ºs 1 e 11 — Marzo-Junio 1939 — Montevideo. — Publicação de grande valor com estudos preciosos sobre linguística espanhola, indígena e regionalista.

BOLETIM DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION — Ano 2.º, vol. 2 — N.º 7 — Ciudad Trujillo — S. Domingos — 1939.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL — n.º LXI — Setembro — Outubro de 1939 — Prefeitura Municipal de São Paulo — S. Paulo — É uma das melhores revistas, no gênero, do Brasil. Interessante matéria de colaboração, arqueológica, etnológica e estatística.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ — Tomo especial dedicado ao Barão de Studart — 1938 — Fortaleza — Ceará.

REVISTA DAS ACADEMIAS DE LETRAS — Ano III, n.º 16, 17 18 e 19 — (4 fasc.) Set., Out., Nov. e Dez. de 1939 — Rio de Janeiro.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA e COMÉRCIO — N.ºs 60 e 61 — Ano V — Agosto e Setembro de 1939 — Rio de Janeiro.

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS — Ano I — n.º 4 — Outubro e Dezembro de 1939 — Curitiba — Paraná.

BOLETIN DEL INSTITUTO DE CULTURA LATINO-AMERICANA —
Año III — n.º 18 — Buenos Aires — Florida 691 — Nov. Dez. 1939.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO
SANTO — n.º 12 — Novembro de 1939. — Vitoria (Espírito Santo).

GEOGRAPHICAL REVIEW — Published by the American Geographical
Society of New-York — January, 1940.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ — Tomo LIII — Ano LIII —
Fortaleza, 1939.

REVISTA DA ACADEMIA PETROPOLITANA DE LETRAS — Ano VII
— N.º 8 — Petropolis — Junho, 1939.

REVISTA DAS ACADEMIAS DE LETRAS — Ano IV — N.º 18 — Ja-
neiro, 1940 — Rio de Janeiro.

ÍNDICE

	Pgs.
Paleontologia do Rio Grande do Sul, por C. de Paula Couto	3
Plácido de Castro — o derradeiro bandeirante —, por Castilhos Goycochêa	89
Homenagem ao Marechal Visconde de Pelotas, por Coelho dos Reis e Rinaldo Pereira da Camara	127
Geografia histórica — toponímia do Brasil-Sul, por J. Tupi Caldas	143
Nótulas Bibliográficas	151